UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

**DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO JURÍDICA DO NOME AO NOME COMO MARCA:
UMA INTERLOCUÇÃO DA PSICANÁLISE COM O DIREITO**

LUIZA ADELAIDE VIEIRA NAUE

São Luís

2019

**DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO JURÍDICA DO NOME AO NOME COMO MARCA:
UMA INTERLOCUÇÃO DA PSICANÁLISE COM O DIREITO**

LUIZA ADELAIDE VIEIRA NAUE

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Isalena Carvalho

Aprovado em 21 de Outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dra^a Isalena Santos Carvalho

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Dr^ª Maria da Conceição Ferreira Furtado

Universidade Federal do Maranhão

Prof^º Dr. Vitor de Azevedo Almeida Júnior

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dissertação encaminhada para apreciação pela Banca de Avaliação como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

São Luís

2019

Naue, Luiza.

Da possibilidade de alteração jurídica do nome ao nome como marca: : uma interlocução da Psicanálise com o Direito / Luiza Naue. - 2019.

67 p.

Orientador(a): Isalena Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Direito. 2. Nome próprio. 3. Psicanálise. 4. Sujeito. I. Carvalho, Isalena. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e à educação que me foi proporcionada por eles desde cedo, e que me permitiu chegar até à universidade pública. Ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, que me conduziu lentamente até o caminho da docência, muitas vezes sem que eu me desse conta. À Isalena Carvalho, com quem trabalho desde a graduação e, para a minha sorte, aceitou me orientar novamente no Mestrado, sendo bastante compreensiva com todas as adversidades por mim enfrentadas nesses dois anos de pós-graduação. A Valéria Lameira, que com seu maravilhoso trabalho docente me apresentou à Psicanálise e me permitiu, junto a outros alunos, participar de suas atividades acadêmicas na universidade. À Márcia Belfort, que com seu trabalho de análise manejou um tratamento que me permitiu chegar até aqui sã e salva. Aos amigos que me apoiaram nesse percurso e não soltaram a minha mão em períodos turbulentos, em especial Lorena Dominici, Thiago Souza, Felipe Santos, Camila Coimbra, Rayssa Pinho, Amanda Nava, Fernanda Filgueira e Gabriela Portella. Às colegas de turma Renata Barreto e Thallyssa Alves, que sempre foram ótimas companheiras tanto nos dias bons quanto nos dias em que vivíamos as angústias da pós-graduação. A Vitor Almeida, professor externo à banca e que de bom grado aceitou ler e participar desse trabalho com muita dedicação. À Conceição Furtado, que desde a qualificação se fez presente nesse trabalho e contribuiu consideravelmente para a sua melhor execução. A todos que, de alguma forma, estiveram presentes e acreditaram no meu potencial para chegar até aqui.

Luiza Naue.

“Dizem que você morre duas vezes. Uma vez, quando você para de respirar e uma segunda vez, um pouco mais tarde, quando alguém diz seu nome pela última vez.”

Banksy

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a alteração de nome, marca que identifica o sujeito, discussão que se assenta na articulação sujeito do direito e sujeito do desejo. Para tal, é abordada a função do nome e seu processo de alteração no Direito brasileiro, tendo como base para a discussão a Psicanálise acerca do nome próprio. Assim, o trabalho se constitui em uma pesquisa teórica em Psicanálise que conta com a revisão de literatura tanto do Direito quanto da Psicanálise, especialmente de obras de Freud e Lacan. Inicialmente, são trazidas referências do Direito, mais precisamente o Direito de Personalidade, âmbito em que o nome está instituído no Código Civil. Elas indicam uma premissa básica no meio jurídico: todo cidadão tem direito ao nome, o qual é composto pelo prenome e pelo sobrenome. Existem algumas regulamentações em relação à nomeação, dentre elas o princípio da imutabilidade: o nome é inalterável, exceto em casos de apelido notório ou de adoção. No entanto, existem exceções que mostram como é possível modificar o prenome e o sobrenome. Para a Psicanálise, o nome consiste em uma marca mesmo quando você o altera. A mudança tem implicações para o sujeito no laço social, tendo em vista envolver não só um sujeito do Direito, mas, na neurose, o sujeito do desejo, dividido e marcado pela falta, sempre ultrapassado por suas questões inconscientes. A visada do nome próprio a partir do sujeito do inconsciente mostra que a dimensão desejante incide na posição perante à lei prescrita do ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Psicanálise; Direito; nome próprio; sujeito.

ABSTRACT

This work aims to discuss the change of name, the brand which identifies the subject, a discussion based on the subject of rights and the subject of desire. For this purpose, the function of the name and its change/alteration process following Brazilian law is approached here, having as base for discussion the Psychoanalysis with focus on the proper name (*a.k.a.* first name). Thus, the work constitutes a theoretical research in Psychoanalysis which includes the literature review of both Law and Psychoanalysis areas, more specifically with regard to the works of Freud and Lacan. Initially, Law references are brought, specifically the Personality Right/Law, where the name is established in the Civil Code. They indicate a basic premise in the legal environment: every citizen has their right to have a full name, which is composed of the first and last names. There are some regulations regarding naming, including the immutability principle: the name cannot be changed except in cases of notorious surname or adoption. However, there are exceptions showing how people can change their first and last names. For Psychoanalysis, the name consists of a mark even when you change it. This change has implications for the subject when it comes to their social bond, since it is a process involving not only a subject of rights, but, in neurosis, the subject/person of desires – divided and marked by the lack as they are, always surpassed by their unconscious matters. The view of the proper/first name from the perspective of the subject of unconscious shows that the desiring dimension focuses on the position before the prescribed law of the legal system.

Keywords: Psychoanalysis; Law; proper name; subject.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 Geral.....	10
2.2 Específicos.....	10
3. MÉTODO.....	11
4. O NOME E SEU PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARA O DIREITO.....	13
4.1 Um breve histórico do nome civil.....	13
4.2 As funções e as características do nome para o Direito.....	19
4.3 Caracteres jurídicos do nome civil.....	22
4.4 Possibilidades de alteração do nome civil.....	27
5.A PSICANÁLISE E O NOME PRÓPRIO.....	36
6.DO SUJEITO DO DIREITO AO SUJEITO DO DESEJO: O NOME COMO MARCA QUE NÃO SE APAGA.....	48
6.1 O sujeito entre a Lei e as leis.....	48
6.2 O nome próprio como marca que não se apaga.....	52
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação que se segue é fruto de minha participação no “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Nome Próprio em Psicanálise”, ministrado pela professora Dr^a Isalena Carvalho. Nas reuniões do referido grupo, obras tanto da Psicanálise quanto do Direito foram estudadas e discutidas constantemente. Dessa forma, pude me dar conta das indicações de cada uma das duas áreas acerca do nome próprio e suas decorrentes possibilidades em termos de pesquisa. Atentei-me mais especificamente à questão da alteração de nome porque as leituras me levavam constantemente à seguinte interrogação: o que está em jogo quando um nome próprio é modificado se o mesmo é colocado pela Psicanálise enquanto uma marca que não pode ser apagada?

Todas as coisas têm nomes. Tudo ao nosso redor possui alguma denominação que enseja a sua identificação no mundo. No entanto, o ser falante é o único que responde ao ser convocado por um nome que o identifica no meio em que vive. Os seres humanos são identificados desde os primórdios pelo nome que carregam, de modo que cada cultura possui a sua forma particular de nomear seus membros. França (1975) nos indica que em todos os períodos da humanidade o homem sentiu necessidade de se individualizar perante os demais. Para tal, valia-se da família, do local onde vivia, das atividades que fazia ou dos títulos que recebia. As referências da história de vida de cada um poderiam servir para identificar e diferenciar uma pessoa perante os demais.

Se fizermos uma rápida pesquisa pela internet sobre assuntos que envolvem a questão do nome próprio, perceberemos que diversas áreas se ocupam de pesquisas acerca dessa temática: Gramática, Linguística, História, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Direito e Psicanálise – são alguns exemplos. Assim, percebemos que o nome suscita questões e estudos sobre suas peculiaridades a partir de várias perspectivas. Este trabalho tem como suporte teórico a Psicanálise, conforme inaugurada por Freud e lida por Lacan e, entrelaçando-se a ela, serão apresentadas referências do Direito, mais especificamente dos Direitos de Personalidade. Os dois campos permitem articular a discussão que constitui o foco deste trabalho: a alteração de nome e seus efeitos para um sujeito que se baliza entre a prescrição de uma lei (Lei de Registros Públicos de 1973) e entre o desejo, que escancara a divisão do sujeito na neurose, marcado pela falta que o esburaca. Como fica esse sujeito diante do laço social quando altera seu nome, marca que o identifica perante os demais sujeitos no mundo de linguagem? Tal discussão é aqui proposta a partir de uma pesquisa teórica em Psicanálise, que tem sempre o

inconsciente como objeto de estudo. Neste trabalho, comparece especificamente o estudo do nome próprio, em sua articulação às questões inconscientes de cada sujeito diante da lei jurídica e da Lei simbólica, conceito psicanalítico que embora tenha sido desenvolvido por Lacan, já comparecia na obra freudiana. Ele será explorado no segundo capítulo deste trabalho e articulado ao que preconizam as leis prescritas do Direito.

Direito e Psicanálise são campos que perpassam pelo estudo do nome próprio, cada qual à sua maneira. A partir da literatura apresentada por essas áreas do conhecimento, determinados livros e artigos são mencionados no decorrer deste trabalho de forma a fornecer um panorama acerca de como a alteração do nome é abordada em cada campo. Para o Direito, o nome é civil e encaixa-se na categoria dos Direitos de Personalidade, esfera que trata de questões do âmbito privado. Para a Psicanálise, o nome é nome próprio e consiste na marca que identifica o sujeito, sendo não só um direito, mas também um dever. Schreiber (2013) defende que:

O que a legislação infraconstitucional consagra expressamente não é um direito, mas um dever ao nome. A Lei de Registros Públicos impõe a indicação de um nome para toda pessoa natural no momento do seu nascimento. Nos atos solenes da vida civil, somos confrontados a todo momento com uma exigência de identificação, sempre pelo nome. Não sendo lícito que qualquer pessoa deixe ter um nome, parece bastante evidente que o nome é antes um dever que um direito (p. 191).

Não se admite alguém sem nome. Nessa perspectiva do Direito, o nome é um dever, uma obrigação à qual estamos todos sujeitos. A citação acima já sinaliza uma interlocução da Psicanálise com o Direito: o nome não é uma regalia, direitos não são regalias. Quando falamos que o nome implica em um dever, não estamos falando apenas da obrigatoriedade de portar um nome, mas de tudo o que vem a partir dele: responder e se responsabilizar por tudo o que ele implica ao ser convocado. Por mais que a leitura de Schreiber feita acima aponte o nome como um dever, o autor também o reconhece enquanto um direito, pois não constitui só uma obrigação civil. Sendo um direito, ele goza tanto de privilégios quanto de limitações impostas pelo Estado. Assim, existe em nosso país uma regulamentação acerca da nomeação que será exposta no primeiro capítulo deste trabalho.

Ao sermos nomeados e convocados por um nome, somos tocados pelo mundo de linguagem, que nos deixa uma marca de identificação. Em contrapartida, também estamos deixando marcas no mundo de linguagem o tempo todo a partir de nosso nome. Quando nascemos, somos nomeados com um prenome e um sobrenome que nos identificam dentro e

fora da nossa dinâmica familiar. Portamos conosco uma marca que nos particulariza o tempo todo em algum lugar para alguém.

O artista de rua anônimo conhecido mundialmente como Banksy¹ – um pseudônimo, pois assim assina suas intervenções – escreveu certa vez em um dos muros da Inglaterra que nós morremos duas vezes. Uma quando paramos de respirar e, outra vez algum tempo depois, quando alguém diz nosso nome pela última vez. O nome é a nossa presença no mundo, é uma marca distintiva e carregá-lo possui efeitos, assim, alterar um nome e deixar de carregá-lo também possui. Ele nos diz: “Esse é você, essa é a sua história!” e, por conseguinte, diz-nos que não somos outra pessoa.

No Brasil, legislação que nos dá o nome enquanto definitivo (Lei de Registros Públicos de 1973) é a mesma que permite a alteração de nome e sobrenome, a partir de algumas exceções que serão também expostas no primeiro capítulo deste trabalho. Ao passo que existe no Direito o princípio da imutabilidade do nome, segundo o qual o nome civil da pessoa é inalterável, existem também inúmeras exceções diante do mesmo princípio que permitem a modificação do nome civil ou de parte dele, o que nos mostra o quão relativo esse princípio é. Tais exceções serão explicitadas e comentadas no decorrer do trabalho. A partir disso, questiono qual a função de um princípio do Direito dado como definitivo, e outrora como imutável, possuir tantas exceções e possibilidades de alteração e quais as implicações disso em um laço social em que a identificação de cada sujeito se dá a partir de seu nome. Como fica esse sujeito que está submetido, ao mesmo tempo, à Lei simbólica – na neurose – e às engrenagens reguladoras do Direito?

Segundo Almeida Júnior (2012), a imutabilidade do nome está a serviço do interesse público, que espera a conservação do nome registrado durante toda a existência da pessoa para que sempre possa identificá-la de uma mesma forma. Por mais que seja um direito, o nome é compreendido também “como um instrumento necessário para garantir a segurança coletiva por meio da precisa identificação de cada indivíduo no meio social” (SCHREIBER, 2011, p. 187), o que o eleva mais ainda a um status de dever. Assim, Almeida Júnior (2012) defende que é mais coerente não tratar a imutabilidade do nome como relativa, mas, sim, conceber a mutabilidade justificada: a alteração do nome pode ocorrer, mas mediante um “justo motivo” (p. 56) que ainda tenha como pretensão identificar e

¹ Original: “I mean, they say you die twice. One time when you stop breathing and a second time, a bit later on, when somebody says your name for the last time”. Disponível em: <https://www.goodreads.com/quotes/339261-i-mean-they-say-you-die-twice-one-time-when>

individualizar a pessoa humana. A motivação para a alteração não pode estar à mercê de decisões aleatórias e impensadas: ela precisa ser acima de tudo relevante.

O nome de cada um envolve questões particulares de um sujeito do direito, marcado por um enquadramento que regula suas condutas a partir de leis (pr)escritas; e de um sujeito do desejo, o qual, submetido à Lei simbólica, é marcado pela falta. Atender por um nome ao ser convocado mostra o intrínseco entrelaçamento entre o direito de possuir um nome e o dever de responder a partir dele. Assim, a questão norteadora deste trabalho é a discussão sobre a busca pela alteração dessa marca e quais os efeitos disso no mundo de linguagem para um sujeito que se baliza entre o direito e o dever de portar um nome supostamente imutável.

Para a execução do trabalho, três capítulos são apresentados: o primeiro faz um percurso histórico acerca do nome civil em relação ao Direito brasileiro, abordando seus caracteres jurídicos e possibilidades de alteração do prenome e do sobrenome; o segundo aborda o nome próprio a partir da Psicanálise, tendo como base conceitos colocados por Sigmund Freud e Jacques Lacan; por último, propõe-se no terceiro capítulo uma discussão sobre a alteração de nome levando em consideração suas implicações para o sujeito do direito e para o sujeito do desejo, que está ao mesmo tempo submetido à lei jurídica e à Lei simbólica.

A função dessa discussão visa analisar o tema a partir da seguinte ótica: a legislação pode acolher e homologar o pedido de um sujeito de alteração de um nome que o incomoda, mas esse pedido se assenta em um pacto social do qual o ato de nomear e identificar faz parte. No meio jurídico, todo nome é registrado para que haja ali uma identificação capaz de indicar alguma coisa sobre seu portador: sua filiação, onde mora, se está vivo, morto, (des)empregado, se é autor de obras literárias ou artísticas, se cometeu crimes, se está em situação irregular com algum órgão público. No cotidiano, o nome permite que, ao escutar “Luiza” quando estou por perto, eu – e não Juliana, Carla ou Letícia – possa responder. Apesar de tudo isso, ter um nome não implica em se sentir convocado por ele. Para tal, é preciso que haja um sujeito que se sinta chamado a responder e a se responsabilizar pelo seu nome e por tudo que vem a partir dele ao escutá-lo. Assim, pretendo abordar neste trabalho o que é o nome para o Direito e para a Psicanálise e questionar as implicações de sua alteração para um sujeito que é desejante e, ao mesmo tempo, um sujeito do Direito, enlaçado ao social.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral:

- Discutir a alteração jurídica do nome, a partir da perspectiva do nome enquanto marca que não se apaga, através da interlocução da Psicanálise com o Direito.

2.2 Específicos - Identificar:

- O processo de alteração do nome para o Direito brasileiro;
- O nome como marca inconsciente para a Psicanálise;
- A articulação entre sujeito do direito e sujeito do desejo.

3. MÉTODO

A interlocução da Psicanálise com o Direito pretendida por este trabalho se constituiu em pesquisa teórica em Psicanálise realizada através de revisão bibliográfica. Tendo em vista as recomendações freudianas, é essencial que as obras psicanalíticas sejam sempre revisitadas. Segundo Freud (1915c/2010), nenhuma ciência começa com conceitos fundamentais claros e bem definidos, nem mesmo as exatas. Assim, devemos nos remeter continuamente ao material através do qual nossas ideias são extraídas, uma vez que é impossível falar em uma definição clara e dotada de um sentido fechado em relação aos conceitos trabalhados pela Psicanálise. Em relação a tais conceitos, é preciso “(...) modificá-los progressivamente, tornando-os utilizáveis em larga medida e ao mesmo tempo livre de contradição. Então pode ser o momento de encerrá-los em definições. Mas o progresso do conhecimento também não tolera definições rígidas” (p. 52-53).

Para a análise e discussão dos conceitos trabalhados foram utilizados livros, artigos e documentos em meio eletrônico. Os artigos foram extraídos, em sua maioria, dos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). No campo do Direito, foram utilizados livros, artigos e legislações acerca do nome que se fizeram pertinentes para a discussão, em especial a Lei de Registros Públicos (LRP) de 1973. No que diz respeito à Psicanálise, foram trabalhados textos como “O esquecimento de nomes próprios”; “Totem e tabu”, que coloca questões importantes para pensarmos posteriormente o conceito de Lei simbólica; e outros textos que discutem conceitos fundamentais como “O inconsciente” e “O recalque”. De Jacques Lacan, são trabalhados diversos textos de seus seminários que abordam a questão do nome próprio, da Lei simbólica, do sujeito e do desejo. Entre as obras mais trabalhadas, estão lições de “O seminário 5: as formações do inconsciente”, “O seminário 9: a identificação” e “O seminário 12: problemas cruciais para a Psicanálise”.

A direção que toma a pesquisa psicanalítica é dada pela experiência que afeta o pesquisador. Dessa forma, não há o intuito de confirmação de hipóteses ou a busca por respostas definitivas, mas sim a possibilidade de abertura de novas questões que surgem à medida que o pesquisador é afetado pelo trabalho que se propõe a fazer. O objeto de pesquisa em Psicanálise é o inconsciente, que temos notícia através de suas manifestações na linguagem. Não se trata, no entanto, de acordo com Lo Bianco (2003), de observar o que vier como um leigo, mas sim de mergulhar no trabalho analítico e, conseqüentemente, na teoria.

“É importante que se possam fazer perguntas aos textos. Examiná-los para saber seu alcance quanto às questões que lhe são formuladas” (p. 121). Assim, este trabalho pretende avançar visando uma pesquisa que tem como sustentação a clínica psicanalítica. Não é possível dissociar a teoria da prática clínica, uma vez que uma não ocorre sem a outra. A interlocução proposta com o Direito é realizada a partir de leitura e análise das referências aqui expostas e dentro das possibilidades do percurso teórico da autora.

4. O NOME E SEU PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARA O DIREITO

4.1 Um breve histórico do nome civil

A necessidade de identificação através de um nome está presente desde os primórdios na sociedade. Todas as pessoas possuem um nome. Ele é composto pelo prenome e pelo sobrenome e, especificamente no Brasil, é um Direito de Personalidade que consiste, segundo Amorim e Amorim (2010), em um fator de individualização da pessoa e no seu principal indicativo no meio social. Ou seja, é através do nome civil que somos identificados perante as demais pessoas presentes no meio em que vivemos. Mesmo quando seu portador está ausente, o nome é aquilo que torna possível o ato de se referenciar a alguém.

Além de identificar, o nome também indica os direitos e deveres de quem o porta. Através dele, provamos a nossa titularidade em relação a direitos e obrigações relacionados a uma pessoa individualizada por esse nome (CUPIS, 2008). Contudo, antes de discutirmos a questão do nome civil enquanto um Direito de Personalidade, devemos nos interrogar no que consiste o Direito em si. Campo de teoria e prática, o Direito enseja a ordem social através de leis que regulamentam as ações de cada cidadão. É considerado, ainda, um sistema dinâmico e, por isso, não possui uma função específica. A partir da leitura de grandes teóricos da área, Bobbio (2007) nos mostra que o Direito é um “instrumento específico que não tem uma função específica, no sentido de que a sua especificidade consiste não na função, mas em ser um instrumento disponível para as mais diferentes funções” (p. 85). Com isso, o Direito consiste em um campo multifacetado e que pode intervir em diversas esferas, atendendo a inúmeras questões que se apresentam na sociedade.

Dimoulis (2010) nos traz algumas definições relativas ao Direito que não se encerram em uma reflexão fechada, mas ilustram diferentes perspectivas. De Platão a Hobbes, as conceituações apresentadas mostram o quanto este campo é ligado às ideias de justiça, imposição, punição, regulação e ordem. Para Platão, o princípio fundamental do Direito implica em dar a cada um aquilo que ele merece e essa tarefa seria dever do Estado. Nesse sentido, significa dar a cada um aquilo que corresponde ao seu lugar na sociedade. Muitos anos depois, Hobbes, mais radical, afirma que o Direito seria uma necessidade imposta pelo Estado a fim de evitar uma guerra de todos contra todos, proporcionando uma convivência pacífica.

A definição de Direito “está vinculada a ideias filosóficas e políticas que possuem forte carga emotiva e em relação às quais não é fácil obter um acordo” (NINO, 1983, p. 15-16; VILLA, 2004, p. 10-11 *apud* DIMOULIS, 2010, p. 21). Parece ser uma tarefa árdua ou mesmo impossível engessar a resposta da pergunta: o que é o Direito? Inúmeras definições podem ser encontradas por diferentes teóricos da área, mas Dimoulis (2010, p. 22) nos traz o Direito a partir do que ele não é: “Direito não significa unanimidade nem certeza. Significa dúvida e controvérsia”. Sua finalidade é a “(...) solução de conflitos para encontrar um equilíbrio entre a liberdade do indivíduo e o interesse coletivo” (p. 35), o que é cumprido a partir de normas e decisões jurídicas. O Direito não se preocupa somente com questões de ordem pública, mas também com questões de âmbito privado, sempre orientando-se a partir de um viés social, público, coletivo. O nome de uma pessoa exige condutas específicas em relação a ele. Nesse sentido, o Direito se ocupa de questões legais referentes ao nome civil de cada um para estabelecer limites e possibilidades.

O Direito traz também em seu ensejo as categorias de direitos objetivos e direitos subjetivos. Segundo Diniz (2012), os direitos da personalidade são os chamados “(...) direitos subjetivos da pessoa de defender o que lhe é próprio, ou seja, a identidade, a liberdade, a sociabilidade, a reputação, a honra, a autoria etc.” (p. 24). Já os direitos objetivos seriam “(...) o complexo de normas jurídicas que regem o comportamento humano, de modo obrigatório, prescrevendo uma sanção no caso de sua violação” (p. 24). De acordo com Dimoulis (2010), os direitos objetivos dizem respeito às normas (e)ditadas pelas autoridades competentes que objetivam regulamentar o comportamento das pessoas na sociedade e implicam em penalidades caso sejam violadas. Por ser considerado um direito da personalidade, o nome entra no rol dos direitos subjetivos; no entanto, isso não indica a inexistência de normas ou de penalidades acerca do uso do nome, o que nos mostra uma linha tênue entre o que o Direito considera enquanto subjetivo ou objetivo.

O nome individualiza uma pessoa, mas também demarca que a mesma pertence a uma determinada família, ou seja, demarca uma linhagem. A partir do sobrenome paterno, identificamo-nos enquanto pertencentes a uma família específica. Somos filhos, netos e bisnetos de alguém. Enquanto o sobrenome diz da linhagem, o prenome nos identifica enquanto pessoas diferentes dentro de uma mesma família. As populares árvores genealógicas são tentativas de mapear nossa origem e nossa linhagem através da identificação de todos os membros da família e suas relações uns com os outros. Temos que o nome, composto por um prenome e um sobrenome, identifica alguém tanto dentro da própria família quanto fora dela.

O nome também vai além de simplesmente identificar. Tomando o termo “função”, a partir da matemática, como algo que está em função de outra coisa, há no nome uma variável que assume diferentes valores a depender de outra variável. Um nome nunca evoca somente seu portador, mas também toda a sua história de vida. O nome de uma pessoa outrora querida e lembrada com carinho pode se tornar fonte de sofrimento quando associado a alguma situação ruim. O nome de alguém sempre irá trazer consigo uma história de vida que se entrelaça à história de vida de outras pessoas.

Embora seja considerado um Direito de Personalidade, havia outrora uma discussão no campo do Direito em torno da ideia de conceber o nome como um Direito de Propriedade, de ordem patrimonial. Os argumentos que poderiam levar o nome a se tornar um direito de propriedade enfraqueceram-se porque o nome não é um objeto patrimonial, exclui qualquer tipo de caráter de dominação em relação a ele. O nome não é exterior à pessoa (AMORIM; AMORIM, 2010), portanto, não é considerado um bem material, não podemos simplesmente vendê-lo ou trocá-lo por outro bem. No entanto, veremos que o Direito permite que um nome civil seja registrado enquanto propriedade se o portador assim desejar.

“O conceito de propriedade desenvolve-se quase que conjuntamente com a transição da fase do homem selvagem para a do homem sedentário, quando a civilização assenta-se sobre determinados espaços físicos, retirando da terra seu sustento e valores” (ASSIS, 2008, p. 782). Não é difícil entender por que a ideia de propriedade evoluiu à medida em que o homem deixa de ser um nômade selvagem. Uma vez assentado, era necessário manter uma estrutura que permitisse suas longas estadias naquele determinado local – plantio, colheita, caça, abrigos seguros para épocas frias. Tais coisas passam a se tornar bens materiais e quem as adquire precisa zelar por elas. O nome civil, perante a lei, não constitui um bem material que deve ser protegido para garantir a sobrevivência ou o patrimônio físico de alguém. Entretanto, a relação de algumas pessoas com seu nome mostra como o mesmo pode ser tomado como uma propriedade, um bem material. É o caso de marcas de produtos que são registradas com nomes próprios. Isto é permitido a partir do art. 24 do Código de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), que afirma que o nome civil não pode ser registrado como marca, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores.

Recentemente, a cantora Beyoncé registrou o nome de seus filhos como marcas nos Estados Unidos. Os nomes dos gêmeos Rumi Carter e Sir Carter podem, a partir de então, aparecer em livros, roupas, cosméticos e serviços de entretenimento (EXTRA, 2017). No Brasil também é possível registrar o nome enquanto marca e, feito isso, é necessária uma

autorização para que alguém dele se utilize. Situações como essa nos mostram que um nome pode ter o peso que seu portador – ou os pais do portador, como é o caso aqui citado – quiser que ele tenha.

Em relação à questão da lei no Brasil, França (1975) nos mostra que no século XIX já tínhamos menção ao direito ao nome na lei do Registro Civil do Império de 1888. No art. 58 constava que, ao nascer, o registro da criança deveria conter o nome e o sobrenome. Contudo, não havia prescrições acerca da nomeação e tampouco a classificação do nome enquanto um direito de personalidade. Uma legislação específica surge apenas em 1973 com a lei referente aos registros públicos, pois nosso primeiro Código Civil de 1916 não trazia regulamentação em relação ao nome, como o atual Código trouxe anos mais tarde. Em 2002, o novo Código nasceu e já apontava o nome no rol dos Direitos da Personalidade, mas não trouxe nenhuma regulamentação, apontando somente sua composição: prenome e sobrenome.

Os direitos de personalidade, e especificamente o direito ao nome, são da ordem dos direitos privados.

A esfera privada se torna o espaço do indivíduo, de sua intimidade, do exercício de sua autonomia da vontade, é uma esfera de liberdade na qual o Estado não deve intervir. (...) Se a norma visa a proteção de um bem coletivo, de interesse geral, está no âmbito das normas de direito público (MAGALHÃES, 2017, p. 21).

No entanto, vemos a contradição disso, uma vez que não podemos fazer o que quisermos com o nosso nome sem viver as consequências legais disso. A própria lei referente aos registros públicos já é um indicativo da intervenção do Estado. A linha tênue entre o público e o privado – já que esses âmbitos não são mais vistos como dicotômicos, mas sim como categorias – também alimenta a contradição. Mesmo pertencendo à esfera privada, direitos de personalidade como o nome civil interferem também na esfera pública e por isso o Estado busca regular os processos de nomeação e alteração de nome.

Diniz (2012) nos alerta para o fato de que não devemos confundir a personalidade em si com os direitos da personalidade. A personalidade consiste não em um direito, mas em uma espécie de substrato que apoia os direitos e deveres que dela irradiam; pertence à pessoa como primeira utilidade, para que ela possa ser o que é e se adaptar às condições do ambiente em que se encontra; é seu primeiro bem e por isso estamos autorizados a defendê-lo. O Direito permite a cada pessoa defender suas propriedades materiais e imateriais, inclusive o seu nome. Se o mesmo constitui um direito da personalidade, um bem singular e inerente à pessoa, é preciso zelar por ele. De acordo com a autora, ninguém pode usufruir de bens como

a vida, a liberdade e a honra em nome de outra pessoa. Toda uma conduta vem com e a partir do nome: não se pode emprestá-lo ou roubá-lo, pois, uma vez seu, torna-se uma responsabilidade responder por ele no meio social.

Para traçar agora um histórico do nome civil, temos que pensar primeiramente em que se embasava o ato de nomear alguém e, ainda, que culturas diferentes por vezes tratam a nomeação de formas diferentes. De acordo com Amorim e Amorim (2010), três sistemas são adotados para fins de denominação de pessoas: o árabe, o europeu e o peninsular. No primeiro, temos o nome individual seguido da indicação da filiação, qualidades e procedência (Ali Ben Mustafá: Ali, filho de Mustafá); no segundo temos o nome seguido do apelido paterno ou materno obrigatório, não sendo necessário os dois (Sigmund Freud; Jacques Lacan); no terceiro temos o nome individual seguido do sobrenomematerno – sobrenome do pai da mãe – e paterno, nessa ordem (Beatriz Pinheiro Tavares, em que “Pinheiro” é o sobrenome materno e “Tavares” é o sobrenome paterno), que é o sistema utilizado no Brasil.

No entanto, segundo Ferretto (2000), no sistema brasileiro várias outras combinações tornam-se possíveis a partir dos sobrenomes materno e paterno, sem que haja lei específica regulamentando a transmissão do sobrenome: eles podem aparecer em qualquer ordem. “A possibilidade de escolher aquilo que se deve transmitir não deixa de ter consequências” (p. 170). Se não há lei que regulamente a escolha, ela fica a cargo dos costumes ou mesmo da vontade de cada um e, sendo assim, linhagens inteiras podem ser criadas ou destruídas. Um nome no Brasil pode ser traduzido, inventado, recortado, transmitido pela metade ou mesmo não ser transmitido. Nos termos da autora, o que essa anarquia encobre? Voltaremos a isso no capítulo seguinte.

Antigamente, os hebreus colocavam em seus filhos um único nome individual, mas com o aumento populacional, os casos de homonímia os levaram a acrescentar o nome do genitor a fim de facilitar a individualização. Assim, introduz-se a indicação da linhagem de cada um. Nomes como José Bar-Jacó se tornaram comuns, pois *Bar* significa “filho de”. Já entre os muçulmanos, havia o uso do termo *Ben* para designar o “filho de” alguém. Os gregos, após os 18 anos, acrescentavam o nome do pai, o que passou a caracterizar os patronímicos, atualmente chamados de sobrenomes. Antes dos 18, possuíam apenas o prenome (AMORIM; AMORIM, 2010).

De acordo com Amorim e Amorim (2010), entre os romanos, prevalecia a *Lex FúliaMunicipalis* de 45 a.C.: o *praenomen* era o nome próprio que distinguia os membros da

mesma família e, de início, tinha significado concreto relacionado ao local, data ou circunstância do nascimento, mas depois perdeu tal acepção e o prenome se tornou convencional. Após o *praenomen*, tinha-se o *nomen* cuja função era indicar a *gens*, isto é, as famílias originárias do mesmo tronco. Por último, tinha-se o *cognomen* ou sobrenome, que inicialmente correspondia à origem ou qualidades da pessoa, mas com o tempo se tornou hereditário e servia para distinguir as diversas famílias de uma mesma *gens* – por exemplo, *Lucius Licinius Avitus*. Com o passar do tempo e da organização da sociedade, os nomes ganharam força jurídica, atingindo o atual estágio do sistema moderno.

Ferretto (2000) nos alerta, em relação ao Brasil colonial, que dois aspectos devem ser observados: a questão do nome e da escravidão e a fratura étnica, social e religiosa entre cristãos e cristãos-novos que desencadeou novas configurações de nomenclatura. Os escravos ao chegarem aqui eram forçadamente batizados com outros nomes, apesar de possuírem seus nomes de origem africana. Em geral, um escravo possuía seu novo nome seguido do nome da nação africana à qual pertencia. Mesmo quando alforriados, os ex-escravos optavam por manter o sobrenome de seu ex-senhor.

Das relações sexuais entre escravos e senhores, nasciam os chamados mestiços. Esses precisavam mais do que os demais demonstrar que provinham de uma boa linhagem. Em notícias de jornais da Bahiano século XIX encontradas na obra de Verger (1981), encontramos o seguinte fragmento em relação à integração dos mestiços no Brasil:

Alguns dentre eles, filhos naturais ou filhos de padres, adotam nomes de famílias ilustres por conveniência puramente estética. Muitos deles não se contentam com esses belos ou aristocráticos nomes do país e vão buscar na história de Portugal e da Espanha nomes mais gloriosos e bem soantes (p. 51).

Quanto aos cristãos novos, a situação de uma sociedade colonial receosa da Inquisição europeia intimava os cidadãos a provar a pureza de seu sangue através do sobrenome que carregavam. Tomava-se o sobrenome de um dos pais que soasse mais puro e abandonava-se o outro, considerado herético (FERRETTO, 2000). Diversas manobras eram feitas para maquiagem a linhagem de alguém e, a partir disto, atender às demandas sociais da época. Vemos aí a importância que tem o nome, pois o mesmo traz consigo a linhagem e a história de vida de quem o possui. A ausência de uma regulamentação específica do Direito em torno da nomeação e do processo de alteração de nome, como temos atualmente, foi o que tornou possível os malabarismos feitos para modificar a linhagem de alguém, ou melhor, para adaptá-la ao contexto vigente.

Até 1973 o nome civil não comparecia em nenhum documento com a regulamentação específica que temos hoje em dia. Neste ano é criada em nosso país a já mencionada Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) – LRP – a fim de regulamentar o processo de nomeação. Diferentemente da época colonial, modificar o nome para proteger um status não mais aconteceria apenas de forma verbal. Nascia agora uma legislação, não só para a questão da nomeação, mas também para tornar a mudança de nome um processo menos simples. No entanto, modificar o nome civil ainda seria possível. Trataremos de alguns pontos dessa lei no decorrer do trabalho para indicar como o Direito toma a questão da nomeação atualmente, pois a LRP está em vigor até hoje com algumas modificações. No próximo tópico abordaremos a função do nome e suas características no contexto brasileiro para, posteriormente, discutirmos a questão central do trabalho: a alteração do nome e suas implicações, a partir da Psicanálise, para um sujeito neurótico desejante, submetido às engrenagens do ordenamento jurídico.

4.2 A função e as características do nome para o Direito

O nome civil visa a identificação de uma pessoa no meio social em que ela vive. Entretanto, o nome não é o único elemento capaz de identificar alguém – mas é a principal forma de fazê-lo. Sabemos que apelidos, pseudônimos e títulos sociais também podem identificar uma pessoa no meio social. “Trata-se do símbolo da personalidade do indivíduo, particularizando-o e identificando-o na vida social” (AMORIM; AMORIM, 2010, p. 5). Segundo Mouglin-Lemerle (2004), o Direito inscreve o ser humano em uma filiação e o nome que ele porta o institui enquanto sujeito no conjunto social ordenado segundo regras – daí falarmos neste trabalho em um sujeito do direito. Nessa perspectiva, a criança não é apenas um produto de seus progenitores: ela é instituída como filha de alguém e traz em seu nome civil as marcas dessa filiação. Ela nasce sujeito do Direito porque é submetida a um ordenamento, a leis que já estão dadas e são atuantes na sociedade em que ela vive; tais leis também contemplam o seu nome. A partir da Psicanálise, veremos nos próximos capítulos que ela se torna também um sujeito desejante, submetido a outro tipo de lei – a simbólica.

Segundo o Código Civil Brasileiro de 2002, todos têm direito ao nome e nele estão contidos o prenome e o sobrenome, que indica a procedência familiar. Há, ainda, o direito ao pseudônimo e ao título – o primeiro diz respeito a uma denominação paralela para fins artísticos e o segundo a uma denominação honorífica. O nome é inalienável,

imprescritível e protegido juridicamente (DINIZ, 2006 *apud* SILVA; FILHO, 2010) e é conferido a uma pessoa para que ela não seja confundida com outrem.

O prenome pode ser simples ou composto (Pedro ou Pedro Henrique) e consiste no fator que individualiza e diferencia a pessoa dentro da própria família, já que seus membros possuem o mesmo sobrenome. Além disso, não é admissível a adoção de um prenome que possa de alguma forma expor seu portador a situações vexatórias, de modo que o registrador do cartório em questão pode se recusar a registrar alguns nomes. Apesar disso, existem inúmeros casos em que não houve recusa do registrador em aceitar determinados nomes vexatórios, como o caso de duas irmãs que foram registradas como Fotocópia e Xerocópia. Vale ressaltar que a maioria desses casos são anteriores à modificação na LRP, que a partir do art. 55 coíbe o registro de nome vexatório. Apesar disso, é preciso ter em mente que a lei trouxe um sistema de prevenção, mas não impede que até hoje alguns nomes com possível potencial futuro de constrangimento sejam registrados. O sobrenome pode ser oriunda da família do pai, da mãe ou de ambos; indica a filiação e possui, segundo o Direito, caráter de imutabilidade (AMORIM; AMORIM, 2010). Não podemos mudar nosso nome ao bel prazer, e especificamente nosso sobrenome, tendo em vista que, a partir desse ponto de vista, o nome civil faz parte de um compromisso social com outros sujeitos. No entanto, veremos que essa imutabilidade é flexível, por ser possível modificar o prenome e até mesmo o sobrenome mediante algumas condições específicas.

O procedimento anteriormente recomendado pela lei quando o pai por algum motivo não transmitia ao filho seu sobrenome consistia no seguinte: a única solução seria a atribuição do nome de família da mãe, já que esta é identificada no documento da maternidade e não pode se recusar a registrar a criança. Não se trabalha com tal hipótese apenas em casos de crianças em situação de abandono, pois a instituição que mantiver sua guarda poderá escolher seu nome se ela não possuir nenhum (AMORIM; AMORIM, 2010). O Direito trabalha, então, com a ideia de que a mãe é sempre certa, pois é quem engravida e vive a concepção da criança; já o pai seria incerto. Freud (1909/1996) já nos alertava para essa questão em seu texto “Romances familiares”: a incerteza recai sempre sobre a paternidade, afinal, esse pai não foi quem gerou a criança, e sim a mãe – *mater semper certa est, pater semper incertus est*.

Esse panorama vem mudando com o Projeto de Lei do Senado (PLS 101/07), que já foi aprovado e segue na câmara dos deputados: ele “altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992 – ‘regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do

casamento e dá outras providências’ – a fim de estabelecer a inversão do ônus para o investigado e incrementar os registros de nascimento com paternidade estabelecida”² (SENADO, 2007).

(...) o oficial do cartório de registro de nascimento terá cinco dias para informar ao juiz quando uma criança for registrada sem o nome do pai. O oficial deverá também perguntar à mãe nome, profissão, identidade e residência do suposto pai - informações que também deverão ser encaminhadas ao juiz. Ao juiz caberá ouvir a mãe sobre o suposto pai e mandar notificá-lo, qualquer que seja seu estado civil, para que se manifeste sobre o caso, determinando que tal diligência ocorra em segredo de Justiça. (...) O restante dos procedimentos para definir quem é o pai de uma criança, estabelecidos pela Lei 8.560/92, permanecem os mesmos. Se o homem apontado pela mãe da criança confirmar a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e seu nome será acrescentado na certidão de nascimento. Caso ele não se manifeste ou não confirme ser o pai num prazo de 30 dias, o juiz encaminhará os autos ao MP, para que este promova, se houver elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade³ (IBDFAM, 2009).

Vemos que o projeto demarca a necessidade de que os dois genitores repassem seus sobrenomes à criança, delegando a ambos a responsabilidade de nomear. Contudo, um registro em um papel não torna um homem pai, uma vez que ter o nome do mesmo na certidão não implica em ter também afeto ou assistência. A lei se propõe a fiscalizar o registro de paternidade, não a conduta posterior desse pai: se ele estará presente, se bancará as despesas da criança, se dará a ela amor. Entretanto, muitas vezes uma pessoa que sequer conheceu seu pai ou até mesmo foi recusada por ele, demanda possuir em seu registro o nome desse pai. Um sobrenome que não está ali, mesmo em sua ausência se faz presente, mostrando que existe uma relação do sujeito com o sobrenome paterno que não consta em seu registro de nascimento.

Além do prenome e do sobrenome, o nome civil também pode ser composto pelo agnome, que consiste em um substrato para diferenciar pessoas da mesma família com o mesmo nome (Filho, Neto, Júnior, Segundo, Terceiro). O apelido ou alcunha de uma pessoa também pode fazer parte do nome para de alguma forma identificá-la no meio social, adquirido através de escárnio, característica ou defeito físico, trabalho exercido ou local de nascimento. Sabemos que apelidos em geral têm a função de depreciar, mas podem ser também motivo de glória, ostentados como verdadeiros títulos dada a notoriedade criada (AMORIM; AMORIM, 2010). É o caso de alguns apelidos de artistas como Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa) e ex-presidentes como Jango (João Goulart) e Lula (Luís Inácio

² Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80171>

³ Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/na-midia/3234>

Lula da Silva), tendo este último acrescentado o apelido “Lula” ao seu sobrenome devido à notoriedade mundial alcançada com ele.

Diferentemente do apelido, o pseudônimo tem uma função ocultadora, pois o significado de pseudônimo é “nome falso”. “Com efeito, a palavra do grego *pseudos* significa precisamente mentira, falsidade. Como modo de designação diverso do oficial, o pseudônimo, em contraposição ao nome, preenche uma falsidade” (CUPIS, 2008, p. 308). Trata-se de um nome que está lá para encobrir e manter no anonimato outro que já existe. Usualmente, os pseudônimos são adotados por pessoas ilustres como escritores e autoridades conhecidas que não desejam utilizar seu nome civil socialmente. Vemos, assim, que ao mesmo tempo em que eles exercem uma função ocultadora, servem também para identificar quando houver referência aos feitos do portador. Além disso, apelido e pseudônimo não devem ser confundidos: o primeiro é dado por outras pessoas enquanto o segundo é a própria pessoa que escolhe.

Por ser de uso exclusivo e caráter personalíssimo (não pode ser utilizado por terceiros), o pseudônimo acaba atingindo a importância de nome e, conseqüentemente, goza das mesmas proteções deste último. Autores famosos da literatura usavam os chamados heterônimos, que são nomes imaginários criados geralmente por artistas que possuem diferentes tendências ou ideologias (AMORIM; AMORIM, 2010). Fernando Pessoa, por exemplo, possuiu mais de setenta heterônimos, sendo os mais marcantes Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos.

Não basta nomear alguém: é preciso registrar esse nome e, em seguida, um sobrenome que demarque de onde viemos. O nome está atrelado à identidade pessoal e é protegido judicialmente, possuindo também um ordenamento legal que regulamenta seu uso: são os chamados caracteres jurídicos do nome, que trataremos no próximo tópico.

4.3 Caracteres jurídicos do nome civil

Os caracteres que se seguem são frutos de artigos que constam na LRP e no Código Civil, que até hoje vigora em nosso país, os quais são comentados por Amorim e Amorim (2010) e outros autores que se fizerem pertinentes para a discussão do que será exposto.

- Obrigatoriedade

O nome é um direito, mas a sua própria caracterização jurídica o coloca também, como veremos, enquanto um dever. É “(...) obrigatório o seu registro oficial no Cartório de Registro Civil, aliás, como estampado no art. 50 da Lei de Registro Públicos (Lei nº 6015/1973). Vê-se, portanto, a obrigatoriedade de atribuição de nome às pessoas. Jamais se admitiria alguém sem nome” (AMORIM; AMORIM, p. 25). O referido artigo da LRP afirma que “todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro” (p. 10). O nome possui um caráter ambíguo em que, por um lado, é um direito de todo cidadão e, por outro, é inaceitável algum cidadão crescer sem nome. Nossa existência está estritamente vinculada à assunção de um nome pelo qual devemos responder. Se você não possuir registros públicos provando sua identificação no mundo, você não existe enquanto cidadão. Vale ressaltar que existem diversos casos em que muitos cidadãos brasileiros são registrados somente após alguns anos de idade, seja porque vivem em povoados distantes ou em comunidades cujo registro civil do nome não importa ali. No entanto, não ter o nome registrado em um papel não implica dizer que não há responsabilidade a partir desse nome.

- Indisponibilidade

A indisponibilidade do nome caracteriza-se pela regulação de seu uso, pois uma vez registrado, seu portador não poderá cedê-lo, aliená-lo ou renunciá-lo, salvo em casos excepcionais de alteração (AMORIM; AMORIM, 2010). Entretanto, veremos adiante que os casos de alteração de nome não são tão raros e excepcionais. A LRP que aponta princípios contrários à modificação do nome civil é a mesma que permite tal modificação, mediante determinadas circunstâncias.

- Exclusividade

O caráter de exclusividade do nome divide opiniões: há quem o conceba como exclusivo porque é capaz de pertencer a uma única pessoa; no entanto, há quem considere a existência de homônimos suficiente para descaracterizar o nome como algo exclusivo (AMORIM; AMORIM, 2010). Pereira (2011) nos indica que não é possível sustentar a característica de exclusividade do nome, pois é impossível haver um nome diferente para cada pessoa. A existência de pessoas com o mesmo nome é inevitável, mas seria esse um argumento capaz de eliminar o caráter de exclusividade? Por mais que exista outra Luiza Naueno mundo, com nome e sobrenome exatamente igual ao meu, o meu nome continua a ser de uso exclusivo da minha pessoa. A questão não se trata de possuir um nome que alguém já

tem, mas sim da relação de cada um com o seu nome. Diante disso, o caráter de exclusividade precisa ser repensado, e não eliminado, pois os casos de homonímia não retiram de um nome a sua exclusividade.

- Imprescritibilidade

O nome está estritamente ligado à identificação de cada um de nós, sendo o prenome considerado aquele que se adere à personalidade e o sobrenome se amalgama à estirpe, tornando-se imprescritível (AMORIM; AMORIM, 2010). A imprescritibilidade remete a evitar uma perda de prescrição: o nome não prescreve, não tem uma validade a ser perdida. O próprio art. 58 da LRP em sua atual versão, que nos dá o prenome como definitivo, corrobora o caráter de imprescritibilidade, pois indica também que o nome não possui prazos. Uma vez registrado, ele é seu, adere-se à sua pessoa e é a partir dele que você será identificado. Não se pode desvinculá-lo da nossa identificação. Prova disso é que quando uma pessoa passa a ser mais conhecida por um apelido notório, ela tem a possibilidade de acrescentá-lo em seu registro, por ele também identificar a pessoa no meio social e aderiu-se, em termos jurídicos, à sua personalidade, estando estritamente vinculado a ela.

- Inalienabilidade

Alienar é sinônimo de vender ou dar em troca, tornando alheio. De acordo com Amorim e Amorim (2010), sendo o nome a expressão da identidade de uma pessoa, não é possível a ela vender ou trocar seu nome para que terceiros o assumam: a alienação do nome implicaria na alienação da identidade. Embora só possamos alienar o que é nosso, o nome não é passível de alienação por ser único e inerente ao seu portador. Isto corrobora, inclusive, o caráter de exclusividade do nome citado: ao mesmo tempo em que alguns teóricos consideram a exclusividade desnecessária devido à existência de homônimos, o próprio Direito mostra o quanto o nome é exclusivo devido ao seu caráter inerente ao portador. Além disso, ele possui também um caráter extracomercial, pois o comércio implica em alienação, cessão ou troca, o que vai contra o princípio de inalienabilidade. Assim, o conteúdo do nome não admite valoração econômica.

- Incessibilidade

Uma vez que está ligado à identidade do indivíduo, o nome não pode ser cedido, pois assim a ligação entre nome e pessoa seria perdida (AMORIM; AMORIM, 2010). Podemos notar que o Direito enxerga uma nítida conexão entre o nome de uma pessoa e sua

identidade, funcionando como uma marca de distinção daquela. É a sua identificação no mundo e de mais ninguém.

- Inexpropriabilidade

O nome se adere ao indivíduo de tal forma que nem mesmo o Estado pode desapropriá-lo de seu nome. Recebemos um nome que carregaremos até o fim de nossas vidas e mesmo depois dela e, por isso, mesmo não sendo uma propriedade, o nome não nos pode ser tirado por motivos de força maior (AMORIM; AMORIM, 2010). Novamente, vemos aqui a ideia de que o nome é estritamente ligado à pessoa e à sua identidade, logo, não pode ser simplesmente retirado nem mesmo pelo Estado. O Direito garante, ainda, a defesa do nome civil: podemos agir legalmente contra quem tentar usurpar nosso nome ou expô-lo ao ridículo (GOMES, 1979). Segundo o art. 185 do Código Penal (1940), é proibido “atribuir falsamente a alguém, mediante o uso de nome, pseudônimo ou sinal por ele adotado para designar seus trabalhos, a autoria de obra literária, científica ou artística” sob pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa ou mesmo de detenção. Apesar de não ser uma propriedade, devemos proteger o nome, pois assim estamos protegendo também nossa identidade.

- Irrenunciabilidade

Não podemos renunciar ao nome como renunciamos a outros direitos. O nome faz parte dos direitos da personalidade, os quais são irrenunciáveis (AMORIM; AMORIM, 2010). Como já colocado, o nome é um dos Direitos da Personalidade, os quais, segundo o art. 11 do Código Civil, são irrenunciáveis e intransmissíveis. O nome, apesar de consistir em um direito inerente ao ser humano, funciona também enquanto um pacto que liga seu portador a uma conduta diante desse nome e dos demais cidadãos no meio em que convivem. Renunciar ao nome é renunciar também a esse pacto que implica não só o portador, mas todos aqueles que o convocam a partir desse nome.

- Intransmissibilidade

Por serem intrínsecos ao humano, direitos da personalidade como o direito ao nome não podem ser transmitidos ou transferidos. Para o Direito, não se transmite um nome de uma para outra pessoa, de tal modo que o cônjuge, ao adquirir o sobrenome do outro, ou o filho ao adquirir o sobrenome dos pais, fazem-no por direito próprio, e não por mera transmissão (CARVALHO, 2008). Que lugar é, então, dado à última? O que inscreve pais e

filhos na mesma linhagem além de uma prescrição jurídica? Veremos no próximo capítulo que a ordenação simbólica é o que permite ao humano identificar-se dentro de uma filiação e, a partir dela, receber um sobrenome que carregará e transmitirá aos seus descendentes, dando continuidade à sua linhagem.

- Imutabilidade relativa

O nome está intimamente ligado à identidade, de modo que eventuais alterações podem acarretar prejuízos em termos de identificação para o seu portador, e conseqüentemente para o meio social em que vive. O prenome é definitivo e isto é assegurado pela atualização do art. 58 da LRP. Antes ele trazia o prenome enquanto imutável, mas a Lei nº 9.708 de 1998 o modificou e passou a trazê-lo como definitivo, o que acaba por relativizar o caráter de imutabilidade, mas ao mesmo tempo resguarda o nome civil enquanto um direito da personalidade. O nome pode ser alterado mediante algumas exceções a partir do princípio da imutabilidade relativa (AMORIM; AMORIM, 2010). O próprio art. 57 da LRP já indica a possibilidade de alteração, pois afirma que qualquer alteração posterior de nome deve ser feita somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público.

No Direito brasileiro há uma exigência de motivação relevante para a alteração do prenome. A partir disto, Almeida Júnior (2012) defende a visualização do princípio da mutabilidade motivada, que permite a modificação do nome mediante a comprovação de uma motivação justa e relevante para respaldar o processo de alteração de nome. Não foi o caso do americano George Blackburn que, ao concluir seu processo de divórcio em um fórum dos Estados Unidos, aproveitou a visita para mudar seu nome para Led Zeppelin II – seu disco preferido da banda Led Zeppelin, que teria “mudado a sua vida para sempre”. Ele afirma que após a modificação, sua vida se tornou “mil vezes melhor”, pois ele se “reinventou” (PEREIRA, 2011)⁴. Segundo Almeida Júnior (2012), no Brasil, tal motivo seria insuficiente para requerer a alteração do prenome, daí a exigência de um processo judicial para analisar os motivos para tal. Os motivos devem atender à vontade da pessoa, sendo analisadas as suas razões íntimas e psicológicas que geram a demanda. No entanto, a alteração de nome não deve causar “(...) prejuízo para terceiros, de maneira a evitar possíveis fraudes e fornecer a tão almejada segurança ao tráfego jurídico” (p. 108). Imagine, por exemplo, o quão fácil seria

⁴ Disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/bombounaweb/2011/09/15/oi-meu-nome-e-led-zeppelin-ii/>

violar alguma lei e escapar da justiça se pudéssemos trocar de nome quando bem entendêssemos com facilidade.

Segundo Dworkin (1999), o Direito coloca o princípio acima da prática – esta seria a sua finalidade –, pois ele é também “(...) uma expressão de como somos unidos pela comunidade, apesar de divididos por nossos projetos, interesses e convicções” (p. 492 *apud* DUARTE, 2011, p. 42). Uma vez que o Direito lida com as adversidades e incertezas do humano, muitas vezes a prática encontra distante do princípio que a rege. É precisamente por isso que existe a jurisprudência, um mecanismo cuja função é tentar contemplar diferentes questões que afetam diferentes sujeitos.

A jurisprudência e as modificações legislativas mais recentes têm flexibilizado o severo princípio da imutabilidade do nome no ordenamento nacional, embora de forma superficial e episódica, isto é, sem operar uma verdadeira e profunda (re)elaboração do direito ao nome no que tange ao seu aspecto funcional e à sua correspondência ao direito à identidade pessoal. Ainda assim, nos últimos anos, tem se verificado um notável esmaecimento do dogma da imutabilidade do nome, que a atividade jurisprudencial, à luz das circunstâncias do caso concreto, tem permitido acréscimos e alterações, ainda que a segurança das relações jurídicas se mantenha como um valor bastante arraigado na cultura jurídica nacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. 105).

Nota-se a partir disto que o princípio da imutabilidade tem sido aberto as portas para uma maior flexibilização, pois o Direito entende que um princípio totalmente engessado não tem serventia para uma sociedade em constante transformação que traz sempre novas demandas. É aí que surgem as exceções que o Direito nos apresenta em relação aos princípios estabelecidos. Contudo, tais exceções precisam ser analisadas e aplicadas sob a luz do que Almeida Júnior (2012) chama de valores do ordenamento, que são os princípios que regulam o Direito brasileiro. “Por isso, a exigência de um procedimento judicial para a verificação de motivos razoáveis, que autorizem a alteração pleiteada” (p. 108). Apesar de serem exceções, elas ainda precisam respeitar o que está imposto na constituição para a sociedade como um todo. Trataremos delas no tópico a seguir.

4.4 Possibilidades de alteração do nome civil

Trataremos agora daquilo que o Direito coloca como exceção ao princípio da imutabilidade: casos em que o nome civil pode ser alterado, tanto em termos de perda como de acréscimo de prenome ou sobrenome, ou mesmo somente a inclusão de apelido notório no registro civil.

Vigora em nosso ordenamento jurídico o princípio da imutabilidade do nome civil, porém a Lei de Registros Públicos permite, em algumas situações, a sua alteração, seja para adequá-lo ao seu portador, seja para correção de erros de grafia ou, ainda, em face de situações especiais (...). O problema é que pouquíssimas pessoas conhecem essas possibilidades e convivem a vida toda com o incômodo do nome tido como feio ou diferente, se tornando alvo de brincadeiras e preconceitos, dificultando sua convivência com os demais indivíduos (SILVA; FILHO, 2010, p. 198).

O nome civil é, portanto, passível de alteração mediante determinadas situações. No parágrafo acima, vemos que, por desconhecer as possibilidades de modificação, muitas pessoas passam a vida inteira carregando um nome que lhes é de alguma forma constrangedor ou motivo de incômodo. Os chamados nomes ridículos ou vexatórios são os que se constituem em fonte de constrangimento para quem o porta. Entretanto, alterações de nome não são requeridas somente por esse motivo. Como veremos, vários outros casos permitem a um juiz autorizar a mudança de um nome.

De acordo com a reformulação, em 1998, do art. 58 da Lei 6.015/1973 de Registros Públicos, vigora o princípio de que o prenome não é mais “imutável”, e sim “definitivo”, admitindo-se, todavia, a substituição por apelidos públicos notórios. O mesmo princípio possui outras exceções e, ao analisá-las, vemos que uma imutabilidade rígida e engessada em relação ao nome é impossível. Nos artigos que se seguem, a LRP traz as possibilidades de alteração. Assim, já nos deparamos com a flexibilidade do Direito em relação à alteração de nome. A partir do texto de Silva e Filho (2010), tratamos a seguir dos casos em que é possível modificar o prenome. Nesses casos, salvo algumas exceções que serão indicadas, é necessária a autorização judicial.

a) Erro gráfico: não necessita mais de autorização judicial caso o portador do nome queira corrigir o erro. Exemplos: Osvarado, Nirso.

b) Erro no registro: quando os pais declaram um nome e o registrador entende outro. Também não necessita mais de autorização judicial.

c) Nome posto por agente sem legitimação: quando, por exemplo, a avó da criança comparece ao cartório e efetua o registro. Mesmo sendo da família, a avó não tem legitimidade para tanto, sendo então uma hipótese para a alteração se os pais assim desejarem.

d) Nome ridículo (vexatório):

O artigo 55 da Lei de Registros Públicos proíbe o registro de prenome ridículo, caso seja registrado é possível alterar. A lei não traz exatamente o significado do nome ridículo, ficando o fato à subjetividade do registrador, devendo analisar todas as

circunstâncias e costumes do lugar. Há de se ressaltar ainda a possibilidade de alteração de nome que possa vir a causar constrangimento ao seu portador; esse constrangimento também é muito subjetivo, já que algo que possa parecer constrangedor para uma pessoa pode ser considerada normal à outra, devendo então a questão ser levada ao judiciário para apreciação de um juiz (SILVA; FILHO, 2010. p. 202).

O parágrafo único do art. 55 indica que os oficiais de registro não devem registrar prenomes que expõem o portador ao ridículo. Quando os pais não se conformam com a recusa do oficial, esse submete o caso a um juiz. Se por um lado, é complicada a ideia de um registrador, alheio à vida dos pais e da criança, decidir se o nome por eles escolhido poderá expor a criança ao ridículo, por outro lado, alguns nomes facilmente tendem a ser considerados vexatórios: Aeronauta Barata, Alce Barbuda, Janeiro Fevereiro de Março Abril. São nomes que podem muito facilmente estimular o *bullying* e causar sofrimento na vida daquela criança. No entanto, um registrador pode considerar vexatório um nome que, por algum motivo, vá de encontro às suas convicções pessoais ou mesmo à sua religião, por exemplo.

Não existe uma atuação uniforme dos registradores no que diz respeito ao nome vexatório. O próprio ato de pensar no que é ou não vexatório não permite tal uniformidade, já que esse é um conceito que também perpassa pela subjetividade de quem o define. A determinação de que não serão registrados prenomes que podem expor ao ridículo os seus portadores é bastante vaga e subjetiva; afinal, o que é um prenome que possa expor seu portador ao ridículo, já que não há um consenso? Por outro lado, Barrigudinha Seleida, Bispo de Paris, Bizarro Assada e Bucetildes são alguns exemplos de nomes registrados no Brasil⁵. Por mais que a atuação de cada registrador seja pautada no seu julgamento do que considera ou não vexatório, existem nomes que, não raramente, provocam risos ou estranheza tão logo os escutamos.

Foi o caso de uma criança na Argentina em que os pais queriam registrá-la como Lúçifer, nome que em termos bíblicos é associado ao demônio. O registrador se negou a executar o registro desse nome. O pai argumentou com os funcionários afirmando que Lúçifer deriva de duas palavras latinas “*lux*”, que significa luz e “*fero*”, que significa transportar, “(...) sendo que sua verdadeira tradução seria ‘portador de luz’, e disse ainda que na mitologia

⁵ Disponível em: <http://recebiporemail.com.br/2009/04/nomes-estranhos-registrados-em-cartorio.html>

romana significa ‘estrela da manhã’, mas, mesmo assim, o casal teve seu pedido negado”⁶ (PORTAL PADOM, 2012).

Em entrevista posterior mencionada pelo Portal Padom (2012), o casal afirmou que não acredita no diabo e por isso não se preocupava com a associação feita ao nome. A diretora do cartório em questão afirmou que Lúcifer não estava na lista de nomes permitidos. Isto nos remete a um pacto: há nomes que podem ser colocados e há nomes que não podem.

e) Vítimas e testemunhas criminais: também parentes podem alterar seus prenomes e sobrenomes para fins de proteção e mediante decisão judicial. O nome pode ser totalmente modificado e assim permanecer até o fim da vida de seu portador. Uma pessoa que passou, por exemplo, 25 anos respondendo por Roberto Pereira da Silva, após uma situação de ameaça, passará a responder por Márcio Oliveira Santos. É um tipo radical de alteração, que nem sempre é fruto de uma escolha pensada, mas sim de uma necessidade em função de sobrevivência.

f) Adoção: a mudança do sobrenome (se houver um) é obrigatória. Se a criança já possuir um prenome, pode ser mantido ou não. Até os 12 anos, o prenome ainda pode ser modificado por quem adota a criança, desde que haja o consentimento dela, uma vez que a vontade do adotado em mudar ou não o prenome precisa ser respeitada, embora o trâmite jurídico seja realizado somente pelos pais. Psicólogos e assistentes sociais fazem uma análise do caso para terem uma ideia de como a alteração de nome afetará a criança. O art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), parágrafo 6º, prevê que caso a modificação do prenome seja requerida pelo adotante, é obrigatória a escuta do adotando. Sugere, assim, que o prenome não é modificado à revelia da criança somente por vontade dos pais, pois a própria criança também precisa ser escutada para que a demanda de alteração do prenome seja analisada. Após os 12 anos, a modificação do prenome ainda é possível, mas o consentimento do adotado é obrigatório e deve ser acolhido em audiência (DIAS, 2010). Independente de haver alteração do prenome, a do sobrenome é necessária e a partir dela uma nova linhagem é demarcada para a criança.

g) Tradução: até de 2017, era possível a alteração se o prenome tivesse um correspondente em outra língua. Por exemplo, John poderia ser alterado para João. O Direito

⁶ Disponível em: <https://www.portalpadom.com.br/casal-coloca-nome-de-recem-nascido-de-lucifer/>

enxergava uma suposta correspondência entre os nomes em diferentes países, o que acabava por permitir a tradução para outra língua. Veremos em breve que para a Psicanálise essa correspondência sempre foi inexistente: um nome não se traduz. João continua sendo João em qualquer lugar do mundo e sempre irá trazer consigo alguma referência que faz marca, não importa onde esse nome seja escutado.

h) Irmãos com prenomes idênticos: a alteração é obrigatória porque irmãos não podem ter o mesmo prenome. Por exemplo, não se admite dois irmãos que se chamassem Antônio Carlos, mas é possível nomear um irmão de Antônio Carlos e o outro de Antônio José.

i) Apelido notório: é possível substituir o prenome por um apelido que, de alguma forma, tornou-se de conhecimento comum. Pode-se também, em vez de substituir, incluir o apelido no nome completo.

j) Transexual: no Brasil, ainda não temos lei específica sobre o assunto. “Embora já se conheçam diversos casos de autorização judicial, trata-se ainda de decisões isoladas, que dependem essencialmente da visão pessoal do juiz e do Ministério Público” (MORAES, 2000, p. 69). O que temos a favor dos transexuais são possíveis interpretações jurisprudenciais da LRP que venham a permitir a alteração e, além, disso, o provimento 73/2018, que consiste em um documento oriundo dessas interpretações. O provimento afirma que maiores de 18 anos podem solicitar “(...) a alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)” (p. 9), bastando para tal requerer ofício do RCPN a fim de adequar o prenome e o gênero à “identidade auto percebida”. Isto representa uma conquista para pessoas transexuais que atendem por um nome pelo qual não querem chamadas e que não condiz com a percepção que elas têm de si. “A identificação do indivíduo é feita no momento do nascimento, por meio do critério anatômico, de acordo com o aspecto da genitália externa. O sistema jurídico (...) estabelece, desde logo, com o nascimento, uma identidade sexual teoricamente imutável e única” (DIAS, 2010, p. 140). Embora só muito recentemente a legislação tenha se atentado para alteração de nome dos transexuais, o art. 55 da LRP já permitia uma interpretação que favorecia o processo. Ele trata, como já mencionamos, de nomes que expõem seu portador ao ridículo. Nesse contexto, o transexual não mais deseja atender pelo nome que portava outrora, especialmente se tiver realizado cirurgia de mudança de sexo. Imagine um homem chamado Carlos que, após cirurgia, passa a possuir características físicas femininas, mas ainda é chamado de Carlos. Este nome, por mais que não seja comumente considerado vexatório,

pode expô-lo ao ridículo por não ser mais compatível com a sua identidade. Dessa forma, uma brecha da própria LRP possibilitaria ao transexual requerer a alteração de nome.

Outra opção para os transexuais é o que Bahia e Cancelier (2017) chamam de solução improvisada: o nome social. Ele se tornou uma recomendação no Brasil desde 2004 e sua utilização foi incentivada diante da dificuldade para pessoas transexuais em alterar o prenome, ou seja, diante da própria ausência de alguma lei que regulamente esse processo específico. Para passar a utilizá-lo, não há necessidade de autorização judicial. “Nome social não é fantasia. É uma maneira, mesmo que rudimentar, de reconhecimento da identidade da pessoa, de promoção de sua dignidade, é um nome de fato, ainda não reconhecido pelo direito” (p. 117). Contudo, quais as implicações de possuir no registro civil um prenome totalmente diferente do prenome pelo qual se é chamado? Não podemos esquecer que o nome não é só um direito, mas também um dever, um pacto social perante todos aqueles que esperam uma resposta diante desse nome.

Até então tratamos de alterações de nome relacionadas ao prenome. Agora, a partir do mesmo texto (SILVA; FILHO, 2010), citamos as possibilidades de alteração do sobrenome.

k) Casamento: o cônjuge não é obrigado, mas pode adotar o sobrenome do parceiro. Vale ressaltar que também é permitido que o marido receba o sobrenome da esposa se assim desejar, pois não se trabalha mais com a ideia de que somente a mulher deve receber o sobrenome do marido.

Pelas contas da juíza de paz Lilah Wildhagen, a cada fim de semana, em que normalmente ela realiza três casamentos, um conta com um noivo que decide adotar o sobrenome da mulher, ao mesmo tempo em que a ela acrescenta o nome da família do parceiro. “Acredito que a maioria das pessoas ainda ignora que pode tomar esta decisão. Acha que não é permitido por lei e que apenas as mulheres podem acrescentar um novo sobrenome. Depois que descobrem, muitos ficam encantados com a possibilidade – explica a juíza. As pessoas costumam encarar a mudança como uma declaração de amor, até por considerarem o Brasil um país machista. Além disso, pelo que já ouvi falar, vários casais fazem esta opção para que os filhos fiquem exatamente com os mesmos sobrenomes que o pai e a mãe têm” (FISCHBERG, 2016)⁷.

Vemos aí a importância que tem para as pessoas a questão da transmissão, para que os filhos tenham o sobrenome tanto do pai quanto da mãe. Segundo essa ideia, cada um passará à criança alguma coisa de sua linhagem para que nenhum dos sobrenomes seja perdido. Para os pais, ambas as origens da criança constarão no registro da mesma.

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/quando-homem-assume-sobrenome-da-mulher-17805074>

APsicanálise mostra que a questão da origem é tomada de outra maneira: ela está para sempre perdida. Não nos é possível rastrear nossos antepassados, um a um, até chegarmos naquilo que seria a nossa origem, o nosso ingresso oficial no mundo.

l) União estável: a companheira pode requerer o sobrenome do companheiro e vice-versa, mas mediante algumas condições: o companheiro em questão deve autorizar e nenhum dos dois deve estar judicialmente casado com outra pessoa.

Atualmente, aplica-se à união estável, por analogia e construção jurisprudencial, as mesmas regras do casamento quanto ao acréscimo do sobrenome (...). A adoção do sobrenome do marido pela mulher sempre foi (e continua sendo) uma tradição entre nós. Na vigência do CC/1916 e até o advento do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), o acréscimo era obrigatório para a mulher. Depois de 1962, tornou-se facultativo, mas ainda prerrogativa exclusiva da mulher. A partir do CC/2002, também o marido (e por extensão o companheiro) adquiriu o direito de acrescentar o sobrenome da mulher, muito embora essa situação seja pouco frequente na prática, por razões culturais (...). Com a dissolução do casamento ou da união estável, tem-se, como um dos primeiros efeitos pessoais do divórcio ou do fim da convivência, a possibilidade de os ex-cônjuges ou ex-companheiros retomarem o uso dos nomes que usavam antes da relação conjugal ou convivencial (DELGADO, 2008).⁸

Tanto no caso da união estável como no do casamento, o sobrenome parece ser tratado enquanto alguma coisa que pode ser utilizada ou deixada a qualquer momento. Uma linhagem parece ser temporariamente emprestada e, após o fim da relação, é devolvida. Por outro lado, ninguém deve ser obrigado a conviver com o sobrenome de uma pessoa a quem não se relaciona mais. A forma pela qual o sujeito é afetado ao portar (e ser reconhecido por) um sobrenome que lhe causa dissabores é sempre singular.

m) Divórcio: uma vez separados, o casal tem o direito de deixar de usar o sobrenome um do outro. Vale ressaltar que pode acontecer também a manutenção do sobrenome mesmo após a separação se assim os cônjuges desejarem. No entanto, o cônjuge que for o responsável pelo fim da relação não mais poderá utilizar o sobrenome do(a) companheiro(a).

n) Viuvez: em caso de morte do cônjuge existe a opção de manter ou não seu sobrenome. No Brasil é costume as mulheres continuarem usando o sobrenome do marido falecido. No entanto, quando há um novo casamento, alguns teóricos do Direito defendem que o sobrenome do casamento anterior deve ser renunciado, mas isso ainda não está em vigor, de modo que é possível mantê-lo.

⁸Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-04/processo-familiar-prerrogativa-conjuge-mudar-ou-manter-nome-casado>.

o) Reconhecimento de filho: uma vez reconhecido, o filho pode adotar o sobrenome do pai.

Existem também algumas possibilidades de alteração que não constam na lei de forma específica, mas podem ocorrer em função das exceções, a depender do caso e do juiz que o escutar. Isto porque o Superior Tribunal de Justiça tem sido mais flexível em relação à imutabilidade do nome, pois tem em vista que o mesmo desempenha um papel importante na formação e consolidação da identidade. A partir disso, diante da solicitação de um filho – já em situação de maioridade – outrora abandonado pelo pai quando criança, foi autorizada a troca do sobrenome desse pai pelo da avó que o criou. Portar um sobrenome que o lembrava do abandono paterno consistia em motivo de sofrimento para esse sujeito, que não lhe permitia mais carregar um nome que remetesse ao pai omissos (STJ, 2015).

Ademais, o direito da pessoa de portar um nome que não lhe remeta às angústias decorrentes do abandono paterno e, especialmente, corresponda à sua realidade familiar, parece sobrepor-se ao interesse público de imutabilidade do nome, já excepcionado pela própria Lei de Registros Públicos – ressaltou o ministro em seu voto.⁹

A possibilidade de alteração do prenome ou do sobrenome passa por um procedimento judicial, “(...) pois é necessário demonstrar que a pessoa não está buscando mudar de nome para fugir de obrigação civil ou a processo ou condenação criminal” (ROWEDER, 2012, p. 203). A decisão de acatar ou não tal alteração requer a escuta de cada caso. Isso nos leva de encontro novamente à ideia de que, para além de um direito, o nome é também um dever, remete a laço social ao qual estamos submetidos. Não podemos trocá-lo quando bem entendemos; existem obrigações civis vinculadas ao nome.

Com base em todas essas possibilidades apresentadas, vemos que é possível não aceitar mais conviver com o peso de carregar um determinado nome. O ordenamento jurídico nos mostra que o nome está submetido às leis que, por mais que tenham uma função limitante, também possuem princípios que possibilitam a abertura de determinadas questões, permitindo o estudo de cada caso de forma particular. As exceções servem justamente para evidenciar a relação única de cada sujeito com seu nome. As exceções se justificam devido ao fato de que o Direito, apesar de prescrito, lida com questões que permeiam as relações entre sujeitos e a lei jurídica e à Lei simbólica, como será mostrado nos próximos capítulos deste trabalho. Não se trata de utilizar as possibilidades de interpretação da lei para

⁹ Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/174618952/filho-abandonado-podera-trocar-sobrenome-do-pai-pelo-da-avo-que-o-criou>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

fazer malabarismos com o nome ao bel prazer. A ideia não é eximir as pessoas de sua responsabilidade, mas sim poder lhes proporcionar o direito de conviver com um nome pelo qual elas podem responder. As exceções visam a tentativa de dar conta de questões que se chocam com a prescrição imposta. Veremos, contudo – a partir da Psicanálise – que a demanda de um sujeito desejante nunca é contemplada. Algo sempre fica insatisfeito.

Até aqui, caminhamos com as referências do Direito para falarmos da alteração de nome. No próximo capítulo, retomamos algumas dessas referências, mas temos como foco a Psicanálise e, assim, especificamente os trabalhos de Freud e Lacan para discutirmos a questão do nome – que não mais chamaremos de civil, mas sim de nome próprio – e as implicações de sua alteração para o sujeito que emite essa demanda no laço social. Para a Psicanálise, o nome vai além de uma instância civil e é tratado enquanto nome próprio, pois é próprio de um sujeito que o carrega e de como pode responder ao ser convocado por esse nome.

5. A PSICANÁLISE E O NOME PRÓPRIO

A Psicanálise é a clínica inaugurada por Sigmund Freud entre o final do século XIX e início do século XX. Seu objeto de estudo é o inconsciente, uma instância psíquica inapreensível cujo funcionamento foi escutado por Freud em suas pacientes histéricas. A Psicanálise fez o caminho inverso ao que preconiza a ciência: não postulou hipóteses a serem posteriormente confirmadas, mas foi da prática à teoria. Freud era médico neurologista e, ao lidar com pacientes histéricas, pôde se dar conta de questões psíquicas envolvidas na histeria. Com isso, formulou conceitos que iriam inaugurar a Psicanálise: inconsciente, pulsão, recalque, repetição, transferência. Apesar de seu caráter inapreensível, o inconsciente dá notícias de seu funcionamento e pode ser escutado a partir de seus efeitos na fala do sujeito.

Anos mais tarde, o médico francês Jacques Lacan retoma o trabalho freudiano. Com sua rigorosa e profunda leitura dos fundamentos instituídos, trouxe seus próprios avanços à Psicanálise. Freud não desenvolveu a questão do nome próprio em sua teoria, mas sublinhou a importância que ele tem no funcionamento psíquico, o que pode ser observado em seu texto “O esquecimento de nomes próprios”. Nele, Freud (1901/1996) relata o próprio esquecimento nada casual de um nome ligado à sua história – Signorelli – e reconhece a influência de alguma coisa que o fez interromper-se em seus pensamentos ao tentar recordar esse nome. Freud mostra que o esquecimento bloqueava todas as associações que, para ele, o nome esquecido tinha com temas como a morte e a sexualidade – remetia ao suicídio de um paciente e à lembrança de pacientes turcos que preferiam a morte à impotência sexual. Ao tentar recordar o referido nome, outros nomes substitutivos com alguma semelhança a Signorelli chegavam a Freud, o que mostra que aquilo que é recalcado sempre retorna. Esquecer algo contra a própria vontade não era novidade alguma para a Psicanálise. Mas ao se dar conta de que os nomes próprios também não escapavam ao recalque, Freud permitiu a Lacan ir adiante com a questão do nome próprio e suas implicações.

Em “Totem e tabu”, Freud (1913-1914/1996) recorre ao mito da horda primeva para nos trazer a ideia de que existe algo primordialmente dado que funda a sociedade: o tabu do incesto. Freud conta que os homens, exceto o pai, eram proibidos de ter relações sexuais com as mulheres de seu mesmo clã – suas mães e irmãs. Revoltados com tal proibição, os filhos cometem o parricídio, mas ao se darem conta de que mataram o pai que também amavam, são invadidos pelo remorso. Assim, renunciaram às mulheres do clã que desejavam e o incesto torna-se um tabu. A imagem do pai, agora morto, tornou-se mais forte do que quando

ele era vivo. Os membros do clã passam a se reconhecer como parte de uma família, recebem o nome do mesmo totem e o transmitem aos futuros membros. Mas para sustentar esse nome é preciso haver uma submissão à lei do pai instituída com o parricídio: a proibição do incesto. Membros do mesmo clã não podem se relacionar sexualmente entre si, somente com membros de outro clã. O remorso pela morte do pai instaura ali a existência de um clã fraterno.

Nasce então uma lei que silenciosamente regulamenta aquilo que hoje em dia conhecemos como família. Nada disso precisou ser escrito ou verbalizado para que fosse cumprido, a interdição não é da ordem de uma prescrição, mas sim de uma transmissão que, de uma geração a outra, revela a Lei simbólica. O mito da horda primeva é a maneira que Freud encontra para dizer o não dito, para indicar a falta de um suposto saber que diga algo de nossa origem e nos mostre como chegamos até aqui. A transmissão da Lei simbólica, que não está escrita em lugar algum, é o que nos permite chamar um determinado grupo de família: a não realização do desejo inconsciente incestuoso. É o que permite o laço social e implica na diferenciação dos lugares instituídos pelos significantes: pai, mãe, irmão, tio, amigo etc. Essa interdição implica em várias outras, mas todas com a mesma finalidade: a desnaturalização do homem selvagem, primitivo, que impõe à sociedade algum limite regulador das relações humanas. Essa proposição nos coloca frente à concepção de Hobbes anteriormente citada nesse trabalho¹⁰ acerca do Direito enquanto uma necessidade imposta pelo Estado. Sua finalidade seria evitar uma guerra de todos contra todos, proporcionando uma convivência pacífica.

O inconsciente constitui o objeto primordial de estudo da Psicanálise. Entrelaçado a ele, conceitos essenciais como o de pulsão, recalque e desejo sustentam a teoria psicanalítica. Segundo Freud (1915c/2010), a pulsão é uma força constante cuja origem está dentro do organismo, de tal modo que não há como fugir dela. É uma energia que circula e tenta se fazer representar a partir dos destinos que toma no aparelho psíquico: reversão no contrário, o voltar-se contra a própria pessoa, o recalque e a sublimação. Aqui focamos no recalque, noção imprescindível para o andamento deste trabalho, pois não há como se falar em neurose – em sujeito dividido – sem falar na operação do recalque.

O inconsciente funciona sob sua própria lógica e seu próprio tempo. Não se localiza na anatomia do corpo, assim como também não se localizam os sistemas Pcs (pré-consciente) e Cs (consciente). Essa perspectiva topográfica nos dá a possibilidade de uma

¹⁰ Página 13.

ideia existir simultaneamente em dois lugares diferentes do aparelho psíquico: é como se ela avançasse de um espaço a outro sem perder o seu primeiro assento (FREUD, 1915b/2010). Desta forma, é-nos apresentada a ambiguidade do ser falante: não temos, por exemplo, prazer ou desprazer, temos ao mesmo tempo prazer e desprazer. O aparelho tenta o tempo todo se proteger dessa contradição através da operação do recalque. E letem por essência rejeitar e manter afastadas da consciência representações incompatíveis, que são de ordem sexual de modo a que permaneçam recalçadas.

Não se deve imaginar o processo de recalque¹¹ como algo acontecido uma única vez e que tem resultado duradouro (...); o recalque exige, isto sim, um constante gasto de energia cuja cessação colocaria em perigo o seu êxito, de modo que um novo ato de recalque se tornaria necessário (FREUD, 1915a/2010, p. 90).

No entanto, tudo que é afastado da consciência, devido a um contrainvestimento do sistema Ics, sempre retorna. É aí que nos deparamos com as formações inconscientes que transbordam no mundo de linguagem: o sintoma, o ato falho, o chiste, o sonho. A operação do recalque só ocorre porque, segundo Freud (1915a/2010), existe previamente um recalque originário, que serve como polo de atração para todas as outras operações do recalque que posteriormente ocorrem na vida do humano. O recalque não alcançaria seu propósito se não houvesse algo anteriormente recalçado e disposto a acolher o que é afastado da consciência.

Segundo o que Lacan (1957-1958/1999) nos apresenta, o que o inconsciente revela a princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo. “A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o quê? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalçados” (p, 167). O desejo infantil pela mãe é interdito a partir da função paterna, noção desenvolvida por Lacan em seu trabalho de retorno a Freud, e que é discutida no próximo capítulo deste trabalho. Ela se articula à identificação ao pai, identificação que se dá para a criança em três tempos: primeiramente, o pai se introduz de forma velada; depois, afirma-se como privador da mãe e instaurador da lei, mas mediado pela mãe; por fim, o pai se revela como aquele que tem (o falo) (LACAN, 1957/1998). A travessia edípica é explicitada nos parágrafos que se seguem. Com ela, a criança inicialmente assujeitada, renuncia à posição de ser o único objeto de desejo da mãe e torna-se ela mesma um sujeito desejante. Ao autenticar o pai para a criança enquanto aquele que interdita o desejo incestuoso e que instaura para ela a Lei simbólica, a mãe introduz a dimensão da castração. Assim, a criança abandona a pretensão de ser o objeto

¹¹ O termo utilizado na referida edição é “repressão”, mas aqui utilizaremos “recalque” tendo em vista ser a tradução, oriunda da linha de transmissão de Lacan na Psicanálise brasileira.

de desejo do Outro para mobilizar seu próprio desejo em direção a objetos que serão sempre parciais, pois jamais existiu objeto. Este último é, para Lacan (1959/2008), *das Ding*: aquilo que não se faz representar, o objeto inexistente que, na leitura do neurótico, está para sempre perdido.

O conceito de simbólico só aparece com contornos mais definidos na obra lacaniana, mas, com o mito da horda primeva, Freud nos mostra, sem se dar conta, que o registro do simbólico já comparecia em sua teoria. Ele diz de algo há muito tempo presente e que encontra suporte no Nome-do-Pai, noção lacaniana que aparece como sustentação da ordem simbólica. Segundo Lacan (1956/1998), o homem está preso desde antes de seu nascimento nisso que chama de cadeia simbólica. Ela funda “(...) a linhagem, antes que nela seja bordada a história” (p. 468). O sujeito já nasce entrelaçado a essa cadeia, mas a sua estrutura – neurótica, perversa ou psicótica – entra como fator primordial na sua relação com o registro do simbólico, que já está dado. Na neurose, esse registro permite que o sujeito se torne sujeito desejante, contado pelo Outro, o que lhe permite se contar, tecendo os fios de sua própria história. Temos a Lei simbólica enquanto alguma coisa que faz borda ao desejo. “É no Nome do Pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa [do pai] com a imagem da lei” (LACAN, 1953/1998, p. 279). Com isso, Lacan nos mostra que a figura do pai está desde sempre culturalmente ligada à transmissão da Lei simbólica, à transmissão disso que permite ao sujeito o laço social.

O desejo pela mãe não poderia ser satisfeito pois ele é o fim, o término, a abolição do mundo inteiro da demanda, que é o que estrutura mais profundamente o inconsciente do homem. É na própria medida em que a função do princípio do prazer é fazer com que o homem busque sempre aquilo que ele deve reencontrar, mas não poderá atingir, que nesse ponto reside o essencial, esse móvel, essa lei que se chama lei da interdição do incesto (LACAN, 1959/2008, p. 85).

Uma vez que o desejo não pode ser satisfeito porque isso implicaria, como mostra Lacan, na abolição da demanda, temos que a última consiste em alguma coisa que pede para não ser atendida. Não é possível para o sujeito (re)encontrar o objeto de sua primeira vivência de satisfação: ele nunca existiu, foi apenas alucinado. Assim, a falta é instaurada e é ela que coloca o sujeito em movimento através da busca para reencontrar o objeto que, por não existir, nunca será encontrado. A demanda do sujeito existe – e insiste – para não ser satisfeita. Uma vez que não existe tal objeto, sua busca está fadada ao fracasso. O sujeito busca uma satisfação que será sempre parcial, com objetos igualmente parciais.

O desejo é uma coisa que se articula. O mundo no qual ele entra e progride, este mundo aqui, este baixo mundo, não é simplesmente um *Umwelt* no sentido de nele

se poderem encontrar meios de saciar as necessidades, mas é um mundo onde impera a fala, que submete o desejo de cada um à lei do desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/1999, p. 194).

Desejar implica não em satisfação, mas em falta. “O desejo é articulado na fala, mas não como desejo de alguma coisa. Na verdade, o desejo é desejo de nada” (DUARTE, 2013, p. 69-70). “Sendo o desejo sempre um desejo de Outra coisa – muito precisamente daquilo que falta, *a*, o objeto perdido primordialmente, na medida em que Freud mostra-o sempre por ser reencontrado” (LACAN, 1958-1959/1999, p. 16). Esse objeto está sempre por ser reencontrado é porque nunca o será – não existe objeto.

A falta só é reconhecida pelo sujeito com a submissão à Lei simbólica, daí Lacan dizer que o desejo é sustentado pela Lei. Segundo ele, o neurótico nos mostra “que precisa passar pela própria instituição da lei para sustentar seu desejo. Mais que qualquer outro sujeito, o neurótico valoriza o fato exemplar de que só pode desejar segundo a lei. Ele só pode dar um status a seu desejo como insatisfeito ou impossível” (LACAN, 1963/2005, p. 167). Se o único status que podemos angariar ao desejo é o da insatisfação, é inevitável que desejo, na Psicanálise – e neste trabalho –, seja lido sempre como falta.

“Símbolo quer dizer pacto” (LACAN, 1953/1998, p. 273). O pacto remete à Lei que, uma vez o sujeito a ela submetido, permite-lhe a entrada no laço social. Não há sujeito desejante sem Lei simbólica que o sustente.

Não quero aqui pôr-me a elaborar uma teoria do conhecimento, mas é bem evidente que as coisas do mundo humano são coisas de um universo estruturado em palavras, que a linguagem, que os processos simbólicos dominam, governam tudo. Quando nos esforçamos em sondar no limite entre o mundo animal e o mundo humano aparece – e esse fenômeno não pode deixar de ser para nós um motivo de espanto – o quanto o processo simbólico como tal é inoperante no mundo animal (LACAN, 1959/2008, p. 59).

Os animais não possuem entre si algum tipo de lei que ofereça um limite às suas (rel)ações. Eles não são banhados pela linguagem como o ser falante. A linguagem nos desnaturaliza, insere na cultura e nos oferece um mundo estruturado em significantes que se ligam umas às outras para colocarem alguma ordem às coisas. A Lei simbólica é aquilo que comparece para impor alguma regulação pulsional às relações humanas, permitindo o laço social. A partir da linguagem, essa Lei é o que gera o advento da cultura e, conseqüentemente, que vivamos como sujeitos de linguagem – e não de forma instintual. Contudo, as “cordinhas do simbólico” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 192) não são manipuladas pelo sujeito: elas já estavam dadas, afinal, a Lei simbólica é a lei primordial. Como cada sujeito se posiciona

diante dessa Lei é o que diz da estrutura psíquica de cada um. A Lei simbólica é uma lei cuja origem desconhecemos, mas que nos traz a instauração de uma falta, da interdição. Com o mito da horda primeva, Freud fez uma tentativa de ilustrar essa origem, mas dela nada sabemos concretamente, conhecemos apenas seus efeitos.

Lacan (1955-1956/1985) nos mostra em sua obra o funcionamento do significante. É “(...) dado primitivamente, mas ele não é nada enquanto o sujeito não o faz entrar em sua história” (p. 180). Os significantes “(...) organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas e as modelam” (LACAN, 1964/2008, p. 28). Embora a rede de significantes esteja dada e seja anterior ao sujeito, ela só se articula em sua existência a partir do deslizamento do significante sobre o significado, sendo que o primeiro antecede o segundo, já que o significante corresponde à palavra esvaziada de seu significado. Lacan (1957/1998) nos mostra que o significante não possui significado, ou seja, ele não tem referência; daí a relação entre ambos se dar pelo deslizamento. No entanto, seria um erro pensar que o significante “(...) reina irrestritamente para-além” (p. 505), uma vez que ele também comporta a possibilidade de um sentido que não se encerra. Daí Lacan (1964-1965/2006) dizer que o solo firme sobre o qual se estabelece o campo analítico é o “desatamento de coisas carregadas de sentido que não poderiam ser desenlaçadas por outras vias” (p. 60). A tentativa de fechar um sentido está sempre presente no discurso, mas é o significante que permite a escuta de uma Outra coisa que, ao ser escutada, escancara a divisão do sujeito.

O deslizamento descrito por Lacan (1957/1998) só ocorre quando há ali um sujeito operando na cadeia significante, operação que se dá a partir de dois mecanismos já apontados por Freud no funcionamento psíquico, condensação e deslocamento, cujos efeitos na linguagem Lacan nos trouxe como metáfora e metonímia. Com elas, o sujeito tem a possibilidade de expressar na fala uma Outra coisa, que vai além do que foi dito. A metáfora “brota entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia” (p. 510). Por isso, cada significante emitido por um sujeito pode ser associado a diferentes significados em diferentes momentos, e isso nos mostra na fala uma ambiguidade constante que é inerente ao sujeito. O deslizamento do significante se revela nas formações do inconsciente – os chistes, o sonho, o ato falho –, e temos notícias delas através da fala. Daí o inconsciente ser estruturado como uma linguagem, ele não é o porão do aparelho psíquico onde guardamos nossas questões de sujeito. O inconsciente está na superfície

e se mostra no “simples” ato – que nada tem de simples – de abrimos a boca, pois somos seres de linguagem.

O nome próprio faz parte da linguagem, portanto, faz parte das questões de um sujeito e, no caso do neurótico, de um sujeito enlaçado ao social. Nessa estrutura, o laço social é possível através da castração e, segundo Lacan (1970/1992), ele só se sustenta devido à renúncia pulsional, da aceitação do “não”, de um limite que comparece de forma singular para cada sujeito. O processo civilizatório do humano só ocorre na medida em que acontece um enquadramento da pulsão, que é constante e nos leva o tempo todo à repetição. Repetimos porque somos seres pulsionais e a pulsão é uma energia que não cessa, conforme indicado por Freud (1915c/2010). Sendo assim, o convívio com outros sujeitos requer um pacto que implica na renúncia pulsional e permita a cada um o enlaçamento no social: a interdição do desejo sexual incestuoso.

Freud (1913-1914/1996) nos mostra com seus estudos antropológicos sobre os povos primitivos que os clãs totêmicos se distinguem a partir do nome. O que conhecemos hoje enquanto sobrenome era para o clã totêmico a sua insígnia e o representava enquanto um grupo, reafirmando os laços de parentesco entre seus membros. Os povos primitivos “(...) não encaram os nomes como algo de indiferente e convencional, mas sim como significativos e essenciais. O nome de um homem é um componente principal de sua personalidade, talvez mesmo uma parte de sua alma” (p. 119). O nome convoca questões inconscientes de cada sujeito e não visa, para a Psicanálise, somente a identificação no meio social, como aponta o Direito. Identificação, em Psicanálise, tem a ver com a diferença sexual.

Lacan (1957-1958/1999) nos mostra na travessia edípica que o menino, à medida que se identifica inicialmente com a mãe, teme a consequência de adotar essa posição: a privação de seu órgão viril. Ora, se sua mãe não tem o falo foi porque alguém a privou dele. Enquanto não aceita a privação do falo na mãe pelo pai, o menino permanece identificado com o objeto de desejo da mãe. O pai intervém como privador da mãe e é nesse nível que se produz a lei do pai, visto pelo menino como aquele que tem o falo, onipotente e, assim, pode dar à mãe o que ela deseja. Assim, ele se identifica ao pai. Esse “(...) perfila-se por trás da relação da mãe com o objeto de seu desejo como *aquela que castra*, coisa que digo apenas entre aspas, pois o que é castrado, no caso, não é o sujeito, e sim a mãe” (p. 191). Na medida em que o menino aceita a privação, ele ultrapassa o que Lacan chama de ponto nodal do Édipo e aceita que não pode ser o objeto de desejo da mãe castrada. Ao descolar do desejo da mãe e

ser apresentada à falta dessa última, a criança pode reconhecer a sua própria falta e se tornar ela mesma um sujeito desejante.

Em relação à menina, Lacan (1957-1958/1999) indica que o desfecho edipiano é diferente. Para ela, a última etapa é mais simples, uma vez que a menina já nasce sem órgão viril ao qual o menino tanto teme perder. “Ela não tem de fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem” (p. 202). Atravessa faz com que compareça para a criança a questão da diferença sexual, já que o declínio do Édipo se trata, para o menino, de identificar-se ao pai como possuidor do falo; e para a menina, reconhecer o homem como aquele que o possui. Essa primeira diferença apresentada à criança, a sexual, abre a possibilidade de comparecer para ela a questão da alteridade. A criança, ao se tornar sujeito, se posicionará no mundo a partir de sua relação com a diferença, com a alteridade que se faz representar no Outro.

Lacan (1961-1962/2003) propõe a noção de traço unário para desenvolver o conceito de identificação, sinalizando que o que existe de único em cada sujeito é a pura diferença, sendo o seu suporte; o traço se inscreve como distintivo e marca o lugar desse sujeito no mundo de linguagem. Sendo o inconsciente estruturado como uma linguagem, o nome se entrelaça às questões estruturais de cada sujeito, é falado e transmitido através da linguagem. Para Lacan (1961-1962/2003), o nome próprio se configura como marca. “Eu lhes falei do nome próprio, já que nós o encontramos em nosso caminho da identificação do sujeito (...) ao traço unário do Outro” (p. 95). Imaginemos o exemplo lacaniano do material pré-histórico, que seriam os traços outrora desenhados pelo homem em cavernas a fim de marcar uma contagem. Por mais que cada traço parecesse igual ao anterior, eles jamais eram iguais de fato: cada um era único e funcionava justamente como marca distintiva do traço anterior. Cada traço mostrava, a partir da repetição, a diferença. “Se aquilo sobre o qual temos feito girar, temos feito retornar incessantemente essa função do significante, é para atrair a atenção de vocês para aquilo que, mesmo a repetir o mesmo, o mesmo, ao ser repetido, se inscreve como distinto” (p. 323-324). O traço unário desempenha o papel de uma marca e é distintivo à medida em que, com a repetição, sinaliza a diferença. O nome próprio não é o traço unário, mas não pode ser pensado sem esse conceito, assim como também não pode ser pensado sem o conceito de identificação.

Ao observarmos a questão da identificação em Psicanálise, vemos que o imaginário tem uma estreita relação com a noção de identidade em Lacan. A primeira identificação pela qual passamos é aquela à imagem especular totalizante do espelho; ela permite ao bebê humano uma organização, fornecendo a ele seus primeiros contornos. No campo do imaginário, a identificação aparece ligada à completude, à antecipação de uma imagem totalizante do corpo próprio (LACAN, 1949/1998). Já a identificação simbólica faz furo à totalidade enganosa do imaginário (LACAN, 1961-1962/2003). É justamente por se constituir enquanto furo que ela permite ao sujeito uma Outra coisa, o que nos mostra que não é possível dizer algo do sujeito que o defina e esgote suas possibilidades.

O ato de nomear alguém aliena o sujeito ao desejo do Outro e, ao mesmo tempo, insere esse sujeito no campo da linguagem. O Outro em Lacan corresponde a um lugar. Dessa forma, “só existe sujeito na referência a esse Outro” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 16). A aposta de quem seremos no futuro é anterior ao nosso nascimento e ela perpassa pela escolha de nosso nome, uma vez que todo humano, ao nascer, é nomeado. “Não ter nome é um desastre, uma desordem absoluta. Levar um nome significa ter um lugar num sistema relacional. Para existir verdadeiramente, é antes necessário ter sido nomeado” (TESONE, 2009, p. 138). O nome próprio instaura para o sujeito um lugar, tanto em uma novela familiar específica quanto fora dela. Um sujeito sem nome seria um sujeito sem referência alguma no mundo de linguagem.

“O sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (LACAN, 1957/1998, p. 498). Lacan (1961-1962/2003) nos dá o Outro enquanto uma dimensão terceira na neurose, dimensão essa que é constitutiva da posição do sujeito no mundo enquanto alguém que fala. O desejo é sempre desejo de uma Outra coisa, de algo que falta e que ultrapassa o sujeito, escancarando a dimensão de sua incompletude. Somos seres desejanter porque somos faltosos, porque há a castração.

O desejo – inconsciente – com o qual somos confrontados é aquele dos sujeitos que nos nomeiam e que nos contam antes mesmo de nascermos. Os pais são quem primeiro encarnam o lugar do Outro para a criança: constituem alguma coisa que está lá antes mesmo dela nascer, mas que já a conta de alguma maneira quando dão a essa criança um lugar em seu discurso. Antes de chegarmos ao mundo, já existe um nome que nos espera com uma aposta de sujeito sobre nós e sobre quem seremos. Lacan (1964/2008) nos mostra que somos

contadosantes mesmo de começarmos a contar a nossa própria história. Só depois de ser contado é que o sujeito pode se reconhecer enquanto contador.

Quando a criança nasce, não é uma tábula rasa, não está virgem de toda inscrição. Um antetexto – que é também um intertexto parental – lhe precede, no qual o prenome é a marca inscrita no desejo parental. Sobre esse pré-texto, a criança terá de inscrever seu próprio texto, se apropriar pela singularidade de suas marcas de seu próprio nome (TESONE, 2009, p. 138).

Ao sermos contados, um nome próprio – composto por um prenome e um sobrenome – nos espera. A nomeação permite que de alguma maneira o sujeito se presentifique antes mesmo de seu nascimento, pois ele já está lá, contado no discurso do Outro. Para muitos pais, alguns prenomes possuem significados especiais e por isso são escolhidos. Embora a Psicanálise nos mostre que o nome não possui significado, Lacan (1964-1965/2006) nos alerta que seria um erro grosseiro dizer que o nome não comporta alguma significação. “Já há um certo número de referências que vêm imediatamente com o nome próprio” (p. 65). Ao me apresentar, trago nessa apresentação alguma coisa que diz de mim, algo que comporta efeitos significativos para quem escuta meu nome. Além disso, o sobrenome designa para a criança um lugar na filiação que a identifica como pertencente àquela família, o que também funciona como uma referência.

Já sabemos que um nome próprio pode ser juridicamente alterado. Além disso, as pessoas às vezes dão a si mesmas nomes que não lhes pertencem e tampouco foram alterados juridicamente, mas passam a responder por eles. “Casanova, que se dava o nome de Seingalt, interrogado pelas autoridades policiais sobre as razões pelas quais havia tomado um nome que não era o seu, respondia com indignação que nenhum nome podia pertencer-lhe mais legitimamente, porque ele o inventara” (LACAN 1964-1965/2006, p. 267). Na impossibilidade de responder por um nome, outro é por ele inventado e reivindicado como seu ao seu bel-prazer. Casanova nada de erradovê na alteração em questão, pois se inventara um novo nome para si, ele era seu por direito. Seingalt, no entanto, não apaga Casanova, mas nenhum desses nomes tem como definir o sujeito de que se trata – esse sujeito é puro furo, esburacado por uma falta que lhe é constitutiva. “O ‘eu sou Fulano’ não traz ao ‘que sou eu?’ senão uma resposta experimentada como insuficiente” (p. 268). Na impossibilidade de uma resposta que diga para o sujeito quem ele é, o nome próprio se apresenta enquanto alguma coisa que, se não o define, faz referência e o marca radicalmente.

O nome próprio mostra a falta. Mostra que antes de virmos ao mundo já estamos à mercê da linguagem, do desejo do Outro. “Ele [o nome] é feito para ir preencher os buracos,

para lhe dar sua obturação, para lhe dar seu fechamento, para lhe dar uma falsa aparência de sutura” (LACAN, 1964-1965/2006, p. 74). Essa aparência é colocada como falsa porque o nome não tem como nos nos significar: a falta permanece. Se para a consciência o apagamento de um nome pode parecer ter se realizado com sucesso, para o inconsciente nada se apaga, haverá sempre uma marca. O nome pode ser aproximado a essa sutura da qual Lacan fala, a uma tentativa de amarração que se opera de forma única para cada um. Uma vez feita, ela mostra que algo passou e deixou uma marca. Freud (1925c/1996) em seu texto sobre um brinquedo, o bloco mágico, consegue ilustrar muito bem a questão dessa marca definitiva que não se apaga. Consiste em uma prancha com uma folha encerada e protegida por uma camada celuloide mais grossa que se adere à folha. É nessa camada grossa que a criança pode escrever qualquer coisa com material pontiagudo (como um estilete) e, ao levantá-la, tudo o que fora escrito constará na folha encerada. A necessidade da camada celuloide se dá porque o fino papel encerado se rasgaria com muita facilidade se entrasse em contato direto com o estilete. A camada celuloide atua como um escudo protetor para o papel, mantendo afastados os efeitos prejudiciais oriundos de fora. No entanto, a camada que é realmente marcada é o papel encerado: quando limpamos a camada celuloide para escrever outra coisa, vemos que a escrita anterior permanece retida no papel e pode ser vista sob a luz apropriada. “O bloco fornece não apenas uma superfície receptiva, utilizável repetidas vezes como uma lousa, mas também traços permanentes do que foi escrito” (p. 257). É inevitável não visualizar a partir desse exemplo a estrutura do aparelho psíquico freudiano, composto por “(...) um escudo protetor externo contra estímulos cuja missão é diminuir a intensidade das excitações que estão ingressando, e de uma superfície por trás dele receptora dos estímulos, ou seja, o sistema *Pcpt-Cs*” (p. 257). Esse sistema consiste na camada que recebe os estímulos, mas a permanência definitiva deles se dá no inconsciente; daí temos que nenhuma marca se apaga, apenas é enfraquecida em sua intensidade.

Quando alguém escolhe mudar seu nome ou ser chamado por um nome que não seja necessariamente o que consta em seu registro, existe aí algo que a consciência não pode mais arcar, embora a marca desse nome permaneça para o inconsciente. Quando, por exemplo, em casos de nomes vexatórios em que a vida do sujeito é perpassada por constrangimentos, sabemos que há a possibilidade de alteração de nome. Contudo, por mais que ele possa ser modificado no registro civil e na convivência com outros sujeitos, ainda existiu ali outrora um nome que era motivo de constrangimento. O novo nome só existe em função do antigo: existe ali uma marca cuja tentativa de apagar é sempre mal sucedida. A

questão de que se trata é que todo nome alterado ou suprimido, independente do motivo, sempre deixa suas marcas. A operação do recalque nos mostra isso de forma clara quando Freud (1915a/2010) nos indica que tudo aquilo que é recalçado – tudo o que tentamos apagar da consciência – sempre deixa um resto que retorna para o sujeito de alguma forma, mostrando que onde incide o recalque nada se apaga.

Até aqui foram apresentadas referências do Direito e da Psicanálise que expõem suas proposições acerca do nome – civil, para o primeiro; próprio, para a segunda. O capítulo que se segue tem por objetivo promover um diálogo entre as duas áreas a partir do que já foi colocado. A alteração de nome implica para o sujeito em um balizamento entre o ordenamento jurídico e o desejo que o comanda.

6. DO SUJEITO DO DIREITO AO SUJEITO DO DESEJO: O NOME COMO MARCA QUE NÃO SE APAGA

6.1 O sujeito entre a Lei e as leis

Vimos anteriormente que o nome traz consigo uma regulamentação, uma conduta que se opera a partir dele. O próprio processo de sua alteração não pode ser feito de qualquer maneira e é balizado por leis e por decisões jurisprudenciais que ocorrem em função de novas interpretações da lei. Nessa perspectiva, temos um sujeito do Direito, submetido às engrenagens do ordenamento jurídico. “O sujeito que o Direito aborda é uma noção ideológica, sujeito cartesiano, livre para discernir entre o bem e o mal, consciente de seus atos” (BARROS, 1999, p. 43). Paralelo a isso, a Psicanálise nos mostra que existe um sujeito em sua dimensão desejante entrelaçado à Lei simbólica. Como se articulam a Lei e as leis?

Primeiramente, precisamos ter como ponto de partida o sujeito de que se trata para o Direito e para a Psicanálise. Para o Direito, segundo Duarte (2011), o sujeito se constrói a partir da tradição Iluminista segundo a qual esse sujeito é autônomo. “*Nomus* em grego significa lei, norma, cultura. *Auto* significa sobre si mesmo, portanto autônomo é aquele que dá a si mesmo a lei, a norma, a cultura” (p. 86). Contudo, paga-se um preço por essa concepção: junto a ela vem a ideia de um sujeito universal, completo. Para a Psicanálise, o sujeito nada tem de autônomo e é produto da linguagem. Não se trata do sujeito cartesiano e consciente de suas ações, mas sim de um sujeito desejante e faltoso, incompleto, cujas questões inconscientes o ultrapassam o tempo todo, escancarando isso que Freud chamou de sobredeterminação do inconsciente. Essa concepção não rechaça a perspectiva apresentada pelo Direito, mas a coloca em xeque porque evidencia que a autonomia não é soberana.

O inconsciente proposto por Freud é social, mas, ao mesmo tempo, ele se distingue da ordem social vislumbrada pelo Direito. Isso porque o inconsciente freudiano se caracteriza pela “extração radical do elemento que lhe daria a completude, ou seja, marcada pela subtração (n-1) que a descompleta, enquanto a ordem social, desconhecendo essa operação, supõe-se capaz de definir inteira e completamente o sujeito” (ELIA, 2004, p. 130). Freud nos traz a novidade da incompletude. O sujeito do Direito é analisado diante de sua devida submissão à lei jurídica que está prescrita e coexiste junto ao sujeito em sua dimensão desejante. Assim, a Psicanálise não está separada do Direito e da submissão às leis; no entanto, ela fala também de outra submissão: à Lei simbólica.

A Lei simbólica não é dada pelo sujeito porsí mesmo, ela vem da autenticação da palavra do Outro por quem encarna esse lugar. Contudo, as perspectivas do Direito e da Psicanálise não caminham separadas: são dimensões de um mesmo sujeito. No âmbito jurídico, de acordo com Duarte (2011), a lei é definida como uma “regra escrita instituída pelo legislador, eleita em função de um poder delegado pela soberania popular, emanada do órgão competente do Estado, que tem como principal característica a generalidade (universalidade) e a obrigatoriedade” (p. 94). Mas como ela se origina? Uma lei é sempre baseada em algo que a antecede. A lei básica de um Estado é a sua Constituição, que, por sua vez, é baseada em outra Constituição, que se baseou em outra ainda mais anterior. A partir da jusfilosofia do alemão Hans Kelsen, Duarte (2011) pontua que “se formos ainda mais atrás, chegaremos a uma norma fundante do sistema jurídico, que é a norma fundamental” (p. 95). A autora indica que quando buscamos a origem da lei, chegamos na primeira Constituição, que nasceu historicamente pela via do costume, ou seja, através de pessoas cuja conduta institui pela via da palavra os costumes a serem seguidos, que posteriormente se tornaram leis. A primeira Constituição parte da norma fundamental, que possui um caráter de ficção e se trata de uma norma pressuposta, não escrita e necessária para a formação de todo e qualquer sistema normativo; é legitimada por um poder anônimo que não tem corpo. Ela impõe algo que é da ordem da obediência a uma “autoridade imaginária” (p. 97) e que, posteriormente, origina as leis como conhecemos hoje. O fato de não estar escrita não anula sua existência, de tal modo que “o sistema jurídico simplesmente acata o postulado por estar inevitavelmente submetido a ele” (BOBBIO, 1997, p. 63).

O fato de haver no Direito uma norma fundamental com valor de ficção a fim de explicar o surgimento das leis nos leva de encontro à Lei simbólica e ao caráter mítico com o qual Freud aborda a origem da interdição do incesto, que suscita outras interdições. Nos termos lacanianos, a Lei simbólica é uma lei primordial, anterior ao sujeito e está dada muito antes dele. A lei inscreve o sujeito no ordenamento, que só é possível pelo fato de a Lei o inscrever no desejo – na falta. A Lei simbólica está previamente dada e nos apresenta a falta na medida em que nos mostra a primeira grande interdição com a qual somos confrontados: a do incesto. É ela que faz, através da travessia edípica, com que cada sujeito neurótico se depare com o “não”, com o limite, com a impossibilidade de satisfação do desejo. De acordo com Lacan (1957-1958/1999), a Lei se articula no nível do significante Nome-do-Pai, o pai como símbolo é aquele que funda a Lei. A travessia edípica possibilita a substituição do significante do desejo materno pelo significante Nome-do-Pai: daí o dito laciano de que o

pai é uma metáfora, um significante que surge no lugar de outro. Ele apresenta a falta para a criança partir de uma dimensão terceira – Outra.

O Outro lugar, esburacado na neurose, é o que possibilita para a criança se tornar um sujeito desejante, faltoso. “Pois bem, digo que a criança se esboça como *assujeito*. Trata-se de um *assujeito* porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 195). Essa dependência gira inicialmente em torno da mãe, de modo que a condição de assujeitada se mantém até que a criança seja atravessada por essa dimensão esburacada, Outra, e possa se tornar ela mesma um sujeito. Ali onde se é puro furo é que pode advir o não saber, a incerteza, a ficção – a fantasia – e a conseqüente produção designificados, sempre associados a um significante. Ao final da travessia edipiana se confirma a interdição e a criança se depara com a sua impotência ao tentar dar conta de preencher a falta materna. A interdição se dá para ambas: se a criança tem a mãe interditada para si, a criança também é interditada para a mãe. Ela reconhece nessa mãe a falta para que possa, depois, se reconhecer também como faltosa. Dá-se conta de que a missão de suprir a falta materna está fadada ao fracasso. “Então, que essa carência seja proveniente do pai, deste pai poderoso, tão poderoso que seja ele a única causa da privação da mãe!” (BETTS; WEINMANN; PALOMBINI, 2014, p. 229). O pai corresponde à figura de alguém que sustente e garanta a lei edípica. É preciso aqui fazer uma ressalva. Para que a palavra do pai enquanto Lei opere no sujeito, ele não precisa necessariamente conviver com seu pai biológico, mas precisa que a noção de pai compareça no discurso materno para a criança.

Mougin-Lemerle (2004) indica que cada sociedade fabrica um pai para um filho: o que dá a vida, o que cuida, o que é ausente. O que a Psicanálise nos mostra é que para além desses fenômenos, existe um pai que é, antes de tudo, o representante da função paterna, associada à enunciação da Lei.

Ora, trata-se menos das relações pessoais entre o pai e a mãe, ou de saber se ambos estão ou não à altura, do que de um momento que tem que ser vivido como tal, e que concerne às relações não apenas da pessoa da mãe com a pessoa do pai, mas da mãe com a palavra do pai - com o pai na medida em que o que ele diz não é de modo algum igual a zero. O que importa é a função na qual intervém, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo, a fala articulada do pai, e terceiro, a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado a enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana o anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo (LACAN, 1957-1958/1999, p. 197).

Com isso, Lacan nos mostra sua observação de que o pai sempre esteve associado à proibição, à imposição de um limite nas relações humanas: o laço social. Esse é permitido, para o neurótico, na medida em que operam no sujeito os efeitos da Lei simbólica, anunciada pelo pai em sua função. De acordo com Hurstel (2004), a função paterna encontra sua primeira inscrição nas leis jurídicas sob a forma de um termo, de um significante: “pai”. A partir dele, existe toda uma conduta socialmente idealizada de como esse pai precisa se posicionar diante da criança, e a primeira delas é a de registrá-la com seu sobrenome. Contudo, sabemos que a função paterna, na leitura psicanalítica, não se trata somente de idealizar o que é um pai: ele é o suporte da Lei simbólica, é aquele que traz o “não” e mostra para ela que nada no mundo será capaz de satisfazer o desejo. Para além disso, o pai encarnado por alguém pode ser idealizado como aquele que cuida, que convive ou aquele que abandona, que não se responsabiliza judicialmente. Temos um pai cuja função mostra que a lei jurídica se articula à Lei simbólica e, conseqüentemente, um sujeito que também é articulado da mesma maneira.

Segundo Hurstel (2004), a Lei simbólica encontra modalidades de seu exercício nas leis jurídicas. No entanto, essas últimas só existem porque há a primeira: não haveria lei alguma no advento da cultura se não houvesse Lei simbólica que permitisse a própria cultura e, conseqüentemente, a imposição de um limite para que o humano viva. Desde o mito da horda primeva, Freud (1913-1914/1996) já indicava que a Lei do pai, a partir da interdição, suscitaria sistemas, abrindo portas para a formação de leis de outra ordem. A própria norma fundamental do Direito já mencionada anteriormente nos dá essa relação entre o simbólico e o jurídico. Dito isso, as leis do ordenamento, hoje prescritas, podem cooperar de alguma forma para que a palavra do pai enquanto Lei simbólica adquira seu valor. Em contrapartida, essa Lei que confere ao pai a interdição tem implicações na forma como essa criança responderá às leis jurídicas – como ela tomará o “não” que está prescrito e cujo descumprimento lhe reserva punições. Assim, a Lei tem modalidades de expressão nas leis, sendo asseguradas atravessadas pela primeira.

Já sabemos que o funcionamento do sujeito passa inevitavelmente por algo que é da ordem da interdição, do laço social. Ele remete ao enquadramento pulsional, sendo da ordem de um limite. A submissão à Lei simbólica se opera de forma diferente para cada um, pois cada sujeito se posiciona diante do “não” de alguma maneira. Sabemos também que essa submissão pode desembocar em uma outra: a submissão às leis jurídicas. Elas têm por função, mas a partir de outros mecanismos como a prescrição e a punição, apresentar à

sociedade um limite que opere na conduta de cada um de nós, permitindo e regulando a convivência com outros sujeitos. As leis jurídicas devem, em teoria, funcionar para todos uniformemente e reserva punições previamente estabelecidas para quem não as cumpre.

Temos, então, o sujeito do Direito articulado ao sujeito do inconsciente, dividido e submetido à Lei, ao desejo. Ele introduz uma “(...) unidade oculta, secreta, naquilo que nos parece ser, no nível da experiência mais comum, nossa divisão profunda, nosso profundo enfeitiçamento, nossa profunda alienação em relação a nossos próprios motivos” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 51). O sujeito é justamente o furo na aposta que é feita sobre ele próprio. “Quando o velho Salomon diz a Peter Pan que ele é um menino e não um pássaro e que, portanto, não pode voar, Peter Pan pergunta: ‘Vou ser o quê, então?’ . A resposta poderia ser a própria definição do sujeito do inconsciente: ‘Você será um nem-isso-nem-aquilo’” (QUINET, 2012, p. 11). Esse sujeito que se apresenta em sua dimensão jurídica e desejante é nomeado e carrega o peso dessa nomeação. A questão é o que ele fará com e apesar de seu nome – com essa aposta de sujeito que incide sobre ele. Quando o peso de carregar um nome se torna insustentável, o sujeito do Direito inevitavelmente se vê diante de suas questões de sujeito desejante.

6.2 O nome próprio como marca que não se apaga

Antes mesmo da chegada de uma criança ao mundo, sabemos que um nome próprio lhe espera.

O Direito inscreve o ser humano na ordem da filiação, segundo modalidades particulares e próprias a cada cultura. Cada criança é falada por antecedência, bem antes de seu nascimento, não somente como nos provam os tratamentos analíticos, no desejo e nos discursos de seus pais e ascendentes, mas também pelas leis determinantes de sua filiação e de sua nomeação. O nome institui um sujeito no conjunto social ordenado segundo regras (...). Para advir como ser desejante, o que quer dizer vivo, o filhote humano tem antes que se referir a um nome (MOUGIN-LEMERLE, 2004, p. 3).

Para a Psicanálise, ser sujeito é ser produto de linguagem. Somos sujeitos na medida em que somos falados por alguém, o que tem efeitos na constituição de cada um. Ter um nome escolhido à nossa revelia mostra que somos contados antes mesmo de nascermos. Segundo Mougín-Lemerle (2004), o nome próprio – e mais especificamente o sobrenome – entra para o sujeito como alguma coisa que simboliza um limite e que, além disso, possibilita fazer uma referência a esse sujeito. “A transmissão do nome próprio é sem dúvida um fato sociológico, mas o nome próprio cola na pessoa como o nome comum [cola] à coisa, que não distinguiríamos se ela não fosse nomeada” (LACAN, 1964-1965/2006, p. 244).

No sistema de nomeação ocidental, apesar de haver um sobrenome paterno e um materno, podemos notar que a transmissão em jogo é sempre a de um sobrenome paterno. O sobrenome que a mãe transmite ao filho é aquele que demarca a linhagem do pai da mãe, avô da criança. Mesmo quando se trata de uma mãe solteira e que repassou à criança somente o seu sobrenome, sabemos que esse sobrenome é o de sua linhagem paterna. É ele que dá à criança um lugar, uma moradia institucional e diz de quem essa criança é filha, à qual família pertence. Ele diz com quem ela não pode se relacionar sexualmente, operando também como suporte da interdição do incesto, daí Lacan (1957-1958/1999) falar no significante Nome-do-Pai como suporte da Lei simbólica, sempre atrelado a alguma coisa que é da ordem do limite.

O nome próprio não é um significante. Ele consiste em uma marca de identificação do sujeito, sujeito esse que se constitui dos efeitos do significante e é produto de linguagem. Apesar das possibilidades de alteração, já sabemos que o nome é dado pelo art. 58 da LRP como definitivo. Esse termo, “definitivo”, imprime ao nome um caráter efetivo de permanência, de imortalidade. A Psicanálise mostra o quanto essa premissa tem um valor que o próprio Direito desconhece. O nome, mesmo ao faltar, deixa uma marca sinalizando que já esteve lá. O exemplo freudiano do bloco mágico, citado no capítulo anterior¹², ilustra muito bem a insistência de uma marca como o nome próprio. Por isso, nomear também implica em responsabilidade: o nome de cada um não é sem as questões inconscientes da pessoa que nomeia. Nomear permite que se opere para o sujeito uma tentativa de amarração que o inscreve de alguma maneira no mundo, especificamente no registro do simbólico. Mesmo quando alguém consegue alterar o nome por meios legais, isso só ocorre porque havia ali outrora um nome ao qual não se conseguia mais responder diante de uma convocação. O novo nome só existe em função do que lhe causou o antigo – é presença na ausência; ausência na presença.

O próprio Freud viveu uma questão com seu nome. De origem judaica, foi batizado por seus pais como *Sigismund Schlomo Freud*. Ostow (1989) nos conta que aos 13 anos Freud trocou o prenome de batismo de *Sigismund* para *Sigmund*, sua forma mais germânica. A diferença se encontra aí na supressão de duas letras, mas que demarca alguma coisa acerca de sua origem que Freud não poderia mais sustentar naquele momento de sua vida.

Freud chegara em Viena menino, vindo do leste europeu, e no decorrer do tempo nunca deixou de sentir-se um estrangeiro. Ele se sabia capaz de subverter à lógica

¹² Página 46.

vigente, de se desenraizar permanentemente, de se deslocar através das fronteiras. Via-se capaz de estar do outro lado da realidade material e partir para a busca do múltiplo sentido das palavras e dos afetos, daquilo que não estava representado ou fixo. (...) Freud não escapa da concepção de que o judeu é aquele que elimina as fronteiras (TRACHTENBERG, 2006, p. 299).

Sabemos que houve todo um contexto histórico anterior à mudança de nome de Freud. À essa época, o povo judeu já possuía um histórico de perseguição, mesmo antes da Segunda Grande Guerra. Os romanos, muito antes de Hitler, já se ocupavam dessa discriminação há muito tempo. Freud (1925a/1996), na autobiografia, indica que os ascendentes de sua família migravam de um lugar a outro desde o século XV, até que por fim se instalaram na Áustria alemã. Não temos como precisar se esse foi, de fato, o motivo da modificação em seu nome – nem o queremos. A questão de que se trata é que Freud, ao efetuá-la, mostrou alguma coisa de sua relação com esse nome que não podia mais ser sustentada. De todo modo, a supressão das duas letras¹³ que germanizou seu nome judeu não apagou *Sigismund* e tampouco os efeitos de ter uma origem judaica: ela retornava para Freud o tempo todo de alguma forma. Ele nos conta em sua biografia que durante o período na universidade muitos colegas esperavam que ele se sentisse inferior por ser judeu. Além disso, precisou se exilar durante a Segunda Guerra devido ao genocídio em massa contra seu povo. A própria forma pela qual ele sustentou a teoria psicanalítica, tão oposta ao que preconizava a ciência e a moral da época, pode ter sido viabilizada devido à sua familiaridade em ser sempre um estranho.

Talvez sequer seja inteiramente um item do acaso que o primeiro advogado da psicanálise fosse um judeu. Professor crença nessa nova teoria exigia determinado grau de aptidão a aceitar uma situação de oposição solitária – situação com a qual ninguém está mais familiarizado do que um judeu (FREUD, 1925c/1996, p. 235).

Isso que o tempo todo retorna só o faz porque operou ali o recalque. Ele nos mostra que toda e qualquer insistência em um apagamento diz da relação do sujeito com isso que não pode chegar à consciência. Tal apagamento será sempre falho. Aquilo que não queremos saber deixa marcas que, ainda que retornem de outra maneira, acharão o caminho de volta. Não é diferente com o nome que se altera, seja ele o prenome ou o sobrenome: ambos comparecem como marcas.

O sobrenome transmite algo que é da ordem da linhagem de cada um. Todos nós viemos de algum lugar que nos é dado em uma novela familiar. Para que o humano se torne sujeito, ele precisa ser falado e ser nomeado. O ser humano “não se autofunda, não se autoriza

¹³Embora Lacan desenvolva em sua obra a questão da letra no inconsciente, ela não é aqui aprofundada.

por si mesmo a se humanizar, ou seja, a falar e desejar em seu próprio nome. Pois seu nome lhe vem de um outro – o pai – que o recebeu de um outro”(MOUGIN-LEMERLE, 2004, p. 3). Assim, o ser humano ganha um sobrenome que indica sua ascendência no meio social.

A importância do sobrenome enquanto agente transmissor de uma linhagem pode ser observada no caso Silveirinha, como ficou conhecido. Schreiber (2013) nos conta que Rodrigo Silveirinha – ex-subsecretário de Administração Tributária do Rio de Janeiro – foi acusado de envolvimento com um esquema de corrupção, de modo que seu nome ganhou as páginas e as telas dos jornais de todo o país. Após o episódio, os filhos de Rodrigo entraram com uma ação judicial para suprimir o sobrenome paterno, alegando que seu uso gerava transtornos como perseguições e humilhações no ambiente escolar. O pedido foi negado com base no art. 56 da LRP, que autoriza a mudança de prenome desde que os apelidos de família não sejam prejudicados. O autor comenta que, “embora o caso não seja simples, parece difícil negar aos filhos o direito de se desfazerem do laço terminológico que os une a um evento constrangedor, capaz de lhes perseguir por toda a vida (...)” (p. 191). De um lado, existe um sistema jurídico que visa proteger o sobrenome familiar para fins de uma correta identificação social, e o sujeito submetido a esse ordenamento deve responder a essa prescrição para não violar a lei; de outro, existe um sujeito diante de algo que não pode mais arcar, que não quer mais ser reconhecido como pertencente a uma linhagem que lhe é fonte de sofrimento. Esse caso nos mostra como não é apenas um sobrenome escrito que transmitimos ao nomearmos alguém: junto a ele, vem o peso de carregá-lo, que será diferente para cada sujeito e está inevitavelmente atrelado à história desse nome, que está sempre lá operando no funcionamento de cada um.

A forma como respondemos ao sermos convocados através de nosso nome diz de nossa posição em relação a ele. Stitou (2013) fala de um paciente seu, que nasceu na França, cuja família é de origem árabe e, ao se casar, adotou um sobrenome francês a fim de evitar que sua mulher e filhos sofressem com sua descendência estrangeira. Contudo, ao ser solicitado pelo psicanalista a falar quem era, disse: “Eu sou Mehdi Ben... esse é meu verdadeiro nome”. Mehdi sofria com a diferença cultural e identificava seu nome de nascimento com algo degradante e desvalorizado, reduzido somente a conflitos étnicos. Seus pais, exilados do país de origem, acreditavam que se Mehdi fosse nascido e criado na França, ele não sofreria os efeitos de sua verdadeira origem.

Quando do nascimento de seu filho, ele entra em depressão – momento em que procura o analista. Stitou consegue escutar em sua fala um conflito com a dimensão da

transmissão, que ativa em Mehdi questões acerca da filiação: a partir do momento em que se torna pai, comparece ali o que ele ignorava em si mesmo. “Ele tem, então, a sensação de ter traído o que possui de mais íntimo. Torna-se intolerável, para ele, imaginar que o nome que lhe foi legado não será transferido para nenhum descendente” (p. 31). Stitou ocupou para o paciente, naquela ocasião, o lugar ao qual Mehdi Ben pôde endereçar sua falta, mostrada em seu conflito com seu nome de origem. Ali havia um espaço para seu verdadeiro nome. Embora mantivesse e fosse conhecido naquele país por seu sobrenome francês, durante as sessões ele constantemente mencionava seu nome de origem. O nome se fazia presente, pois havia deixado uma marca.

Uma análise visa o sujeito e constitui uma possibilidade de “desatamento de coisas carregadas de sentidos que não poderiam ser desenlaçadas por outras vias. Aí está o solo firme sobre o qual se estabelece o campo analítico” (LACAN, 1964-1965/2006, p. 60). É na visada do sujeito que podemos nos dar conta das questões psíquicas que comparecem na fala do paciente. Mehdi Ben procurou a análise devido a uma depressão após o nascimento de seu filho. Com isso, pôde falar sobre o que era para ele a questão da transmissão do nome para essa criança recém-chegada ao mundo. Mehdi estava ali para tratar uma depressão, mas suas questões inconscientes o ultrapassaram: o que compareceu em sua fala foi a relação com o seu nome próprio, nome esse que foi modificado, mas ali retornou. Todas as coisas sobre as quais o recalque opera implicam no retorno do recalçado, o que permite ao sujeito um reencontro com suas questões, com aquilo que ele não quer saber.

O “não querer saber” que opera sobre o sujeito não é da ordem de uma escolha consciente, mas sim de alguma coisa que não pode ser mais sustentada e que, por isso, convoca a tentativa de um apagamento. Mudar de nome diz de alguma coisa que não se quer saber, embora se saiba: é disso que sofre o sujeito. Freud (1893/1996) nos deu notícia desse funcionamento quando fala de um “estranho estado de espírito no qual ao mesmo tempo se sabe e não se sabe uma coisa”, (...) acegueira de quem vê” (p. 79). Ora, se para o inconsciente não há contradição, temos a operação das duas coisas ao mesmo tempo no funcionamento psíquico: o saber e o não saber. No entanto, já mencionamos aqui a premissa freudiana de que tudo aquilo que a consciência ignora retorna de alguma forma para ela. O recalque que visa afastar todo peso considerado insustentável para a consciência é o mesmo que permite o retorno desse peso sob a forma do sintoma.

Embora prenome e sobrenome possuam uma diferença importante, cabe ressaltar que modificar tanto um quanto o outro implica em tentar um apagamento fadado a falhar.

Sabemos que o prenome perpassa por uma escolha inconsciente, mas, ainda assim, uma escolha – é selecionado pelo Outro, sendo uma marca de seu desejo no sujeito nomeado e a ele alienado. O sobrenome diz da transmissão de uma linhagem e, como já foi exposto, é da ordem do Nome-do-Pai. Esse último, contudo, não está dissociado do desejo – muito pelo contrário: o desejo só é possível por haver submissão na neurose ao Nome-do-Pai. Dessa forma, a alteração de qualquer um deles – prenome ou sobrenome – nos mostra uma mesma coisa: aquilo que ultrapassa o sujeito e lhe é insustentável, por isso tenta apagar.

Tanto o prenome quanto o sobrenome estão, no fim das contas, relacionados ao Outro, pois são, respectivamente, escolhidos e transmitidos por ele. “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito” (LACAN, 1964/2008, p. 200). Esse último retém em si as marcas do desejo e da linhagem de seus pais. Do desejo do sujeito temos notícia quando estamos diante das faltas de seu discurso. Nas palavras de Lacan (1964/2008), “o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola” (p. 209). Daí toda escolha de prenome e a fantasia envolvida nessa escolha serem inconscientes. O sobrenome é fruto da transmissão de uma linhagem, mas também está sob a égide do inconsciente. Não temos como rastrear nossa origem, ela está para sempre perdida – o que está ao nosso alcance é apenas a possibilidade de fantasiar a respeito dela.

No primeiro capítulo deste trabalho¹⁴ foi mencionado o caso de um garoto abandonado pelo pai quando criança e que, já maior de idade, solicitou a retirada do sobrenome paterno de seu registro. Carregá-lo lhe remetia à situação do abandono paterno e lhe era fonte de sofrimento. Diante da solicitação, o juiz em questão autorizou a mudança no nome do garoto: o sobrenome do pai seria trocado pelo da avó que o criou a vida toda (STJ, 2015). Isso nos mostra que, mesmo ausente, o pai está sempre lá e constitui uma referência – é aquele que, por algum motivo, eu quero ou não quero ter o nome no registro. É presença na ausência. Em algum momento da vida do garoto o peso de carregar o nome desse pai que lhe foi omisso se tornou insustentável.

Conforme exposto no primeiro capítulo desse trabalho, existem casos de alteração de nome forçada: vítimas e testemunhas criminais que estão sob proteção judicial precisam modificar prenome e até mesmo sobrenome a fim de não serem reconhecidas. Além disso, elas mudam de cidade, de emprego e até mesmo de aparência, passando a levar uma vida

¹⁴ Página 34.

totalmente diferente. Todas essas medidas são aplicadas mediante uma ameaça considerada grave pelo juiz que avalia o caso. Elas visam a proteção da pessoa em questão, mas elas não ocorrem sem efeitos, especialmente porque não são frutos de uma escolha, mas sim de um mecanismo da lei cuja função é a proteção da vida.

Como fica o curriculum vitae de um médico, um advogado ou outro profissional qualquer que tem de mudar de identidade? E o diploma da universidade? A universidade terá que mudar seu histórico escolar? (...) Cabe ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, ou seja, retornar ao nome original, em petição que será encaminhada pelo Conselho Deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público. O requerimento da identidade é pessoal (direito de personalidade). Só a ele cabe a decisão do retorno à identidade anterior (MONTEIRO, 2002, p. 70/71).

Poderíamos ressaltar, além dessas, várias outras implicações de ter o nome – e a vida – alterado por motivo de força maior. A vida e o nome anterior não podem ser apagados de um funcionamento psíquico cujas marcas são definitivas. Mesmo que ele passe a atender por outro nome e mude radicalmente seu estilo de vida, os resquícios de sua vida anterior sempre retornarão para ele de alguma forma em sua “nova vida”. Ele pode, inclusive, jamais se sentir convocado a responder pelo novo nome porque, afinal, não é seu verdadeiro nome. Além disso, vemos que o ordenamento jurídico permite o retorno ao nome anterior caso seja dissolvida a ameaça na vida da pessoa. Isso só mostra o quanto a vida e o nome antes da ameaça sempre insistirão no funcionamento do sujeito, ambos fazem parte de sua constituição e não podem ser simplesmente anulados, mesmo que temporariamente.

Recentemente foi autorizada pelo STJ (2018) a retomada do nome de solteira de uma senhora que outrora possuía o sobrenome do marido, já falecido. “A viúva justificou a necessidade do restabelecimento de seu nome original como forma de reparar uma dívida moral com seu pai, que teria ficado decepcionado quando, por ocasião do casamento, ela optou por incluir o sobrenome do marido”¹⁵. Nesse precioso fragmento vemos mais do que nunca que a transmissão do sobrenome paterno implica na responsabilidade de carregar uma ascendência – implica em uma dívida que nos foi dada à nossa revelia. No caso em questão, após o falecimento de seu marido, a viúva se sentiu impelida a reparar o que ela mesma chamou de “dívida moral” com quem lhe deu seu sobrenome. Assim, retirou o sobrenome do falecido marido e retomou de seu pai. O laço social que fazemos enquanto seres de linguagem requer a convocação do sujeito por meio de seu nome próprio. Modificar o

¹⁵Disponível em:

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicacao/noticias/Noticias/Restabelecimento-do-nome-de-solteira-tambem-e-possivel-com-a-morte-do-conjuge

sobrenome quando bem entendemos possui efeitos que ultrapassam o trâmite jurídico. Um deles está exposto na própria fala da viúva quando ela afirma estar em dívida com um pai decepcionado, dívida essa que não é material, mas simbólica.

O sujeito neurótico nasce e se constitui no significante, que lhe é dado pelo Outro, e cuja cadeia lhe permite alguma articulação simbólica no mundo.

(...) O sujeito em sua relação com o significante pode, de vez em quando, ao ser solicitado a se constituir no significante, recusar-se a fazê-lo. Ele pode dizer: - *Não, eu não serei um elemento da cadeia.* (...) Que faz o sujeito, na verdade, a cada momento em que se recusa, de certo modo, a pagar uma dívida que não contraiu? Não faz outra coisa senão perpetuá-la. Suas recusas sucessivas têm como efeito fazer a cadeia repercutir mais, e ele se descobre sempre mais e mais ligado a essa mesma cadeia. A *Absagängzwang*, essa necessidade eterna de repetir a mesma recusa, é onde Freud nos mostra o último recurso de tudo aquilo que se manifesta do inconsciente sob a formada reprodução sintomática (LACAN, 1957-1958/1999, p. 255).

Para Lacan (1955-1956/1985), o homem se castiga o tempo todo “(...) em nome dessa dívida simbólica que ele não cessa de pagar sempre mais em sua neurose” (p. 276). Tal castigo implica em alguma coisa que está sempre por ser paga ao Outro – mas nunca o é. O Outro nos dá, sem solicitação prévia, um lugar no mundo que permite nossa transformação em um ser estruturalmente falante. A estrutura poderá ser neurótica, perversa ou psicótica: neste trabalho, versamos somente sobre a primeira. Para o neurótico, o nome próprio também é parte dessa dívida, pois ele se articula ao desejo do Outro – e não nos é possível “quitar” o desejo.

O nome próprio é a via pela qual se abre a possibilidade de responder a uma convocação. Um sujeito pode ser nomeado e não se sentir convocado por seu nome; contudo, ele está lá. Ainda que haja uma modificação, o nome alterado só existe em função do nome rejeitado. Assim, para finalizar este capítulo, retomamos o título dessa seção: o nome próprio é uma marca que não se apaga. É uma marca carregada de peso e que remete ao desejo do Outro, à transmissão, à fantasia acerca da origem. Remete ao direito, mas também ao dever e à responsabilidade, pois, como tentamos mostrar nesse trabalho, direito não deve ser tomado como regalia. O nome é sempre próprio de alguém e, por isso, cada sujeito terá com ele uma relação única e imensurável – e dessa relação só saberemos alguma coisa a partir de como ele responderá ao ser convocado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho tem um ou mais pontos de partida elegidos pelo pesquisador que a ele se dedica. O ponto inicial do trabalho aqui realizado deu com o início dos estudos em grupo com a professora e orientadora Isalena Carvalho acerca do nome próprio em Psicanálise. Tal ponto foi certamente a premissa lacaniana de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. Ora, o nome próprio sem dúvida faz parte do mundo de linguagem em que vivemos e isso já nos é suficiente para sinalizar que as questões referentes ao nome operam de alguma forma no funcionamento psíquico de cada sujeito. O nome é, como nos mostrou o referencial psicanalítico, uma marca que, definitivamente, insiste. A partir disso, compareceu um questionamento que posteriormente se tornou o ponto de partida da dissertação: e quanto aos casos de alteração de nome? O que acontece em relação a essa marca dada como definitiva?

Tudo o que foi aqui produzido se estruturou com base em tal interrogação. Uma vez que alterar o nome inevitavelmente toca em questões do ordenamento jurídico, o diálogo da Psicanálise com o Direito se tornou imprescindível. Foi preciso demonstrar aqui o que preconizam as leis acerca do nome civil em nosso país a fim de demonstrar o trâmite jurídico envolvido em casos de alteração de nome. A construção deste trabalho não visou um confronto entre esses dois campos, mas sim uma provocação cuja função foi ampliar o leque de pesquisas acerca do nome próprio em Psicanálise.

Alterar um nome possui efeitos devido ao fato de que portar um nome, por si só, já possui efeitos. A questão é que eles serão diferentes para cada sujeito, já que cada funcionamento psíquico é singular. Quando se altera um nome, novos efeitos surgirão a partir disso e, uma vez que o sujeito do inconsciente é também um sujeito social na mesma medida, essa alteração terá implicações no laço social em que ele se sustenta. Toda uma nova configuração de vida é apresentada à pessoa que resolve mudar de nome – e também aos demais que com ela convivem. No entanto, o trabalho de pesquisa aqui realizado mostrou que esse total apagamento é fadado ao fracasso e o nome anterior insistirá, apesar dessa nova configuração.

A escrita deste trabalho foi realizada o tempo todo sob uma orientação que muito me acrescentou enquanto pesquisadora. Iniciei meu trabalho sem um roteiro prévio que deveria ser minuciosamente seguido. Assim, foquei inicialmente no projeto de mestrado a fim de organizar quais rumos poderia tomar depois. Mas a Psicanálise me mostra o tempo todo

que não existe receita para fazer pesquisa – existe, é claro, rigor. Não há como utilizar sempre um mesmo *script* acadêmico para trabalhos que são diferentes. Foi preciso me utilizar da seguinte articulação: um constante exercício de fazer perguntas para ir aos textos e, ao mesmo tempo, de deixar que os textos me fizessem perguntas para que eu fosse a novos textos. O resultado de toda essa articulação ia constantemente para o papel, pois consistia nos registros materiais que levariam à produção da escrita.

Tentei permanecer atenta aos questionamentos – e aos frutos desses questionamentos – que iam surgindo no decorrer dos estudos e observei o que poderia ser relevante para a construção do trabalho. Todo esse processo foi orientado pela já mencionada professora e orientadora Isalena Carvalho, bem como pelos encontros em seu grupo de pesquisa acerca do nome próprio, e que contribuíram bastante para que as ideias tomassem forma. Em tais encontros, cada aluno ali tinha a oportunidade de expor seu percurso de pesquisa para depois escutar sugestões que poderiam contribuir com a execução de seu trabalho. Dessa maneira, todos nós acabamos participando um pouco do trabalho de todos ali presentes no grupo. Considero isso de extrema importância, pois uma pesquisa nunca é erguida somente por esforço de seu pesquisador: ela sempre é um pouco de cada pessoa que contribuiu com ela. Além disso, uma pesquisa não tem só o seu autor como leitor: a ideia é que o conhecimento seja transmitido. Para um pesquisador que trabalhe com a Psicanálise, é imprescindível escutar a sua própria mensagem invertida a partir do Outro que a escuta. Esse exercício possibilita a observação de nossa escrita de outra maneira, permitindo a escuta de uma Outra coisa. É esse constante movimento que nos permite alterá-la, deixar como está ou mesmo começar do zero uma outra pesquisa. Não há trabalho em Psicanálise sem o Outro, encarnado por um outro.

Por fim, ressalvo que considero necessária especial atenção em relação à temática do nome próprio. Os casos de alteração de nome que foram aqui expostos no último capítulo parecem gritar por uma escuta diferenciada e que não vislumbre somente o sujeito cumpridor de leis; mas também o sujeito desejante, faltoso, e que tenta sempre se amarrar em alguma coisa que o ancore ao mundo de linguagem, sendo a primeira dessas coisas o seu nome. É um sujeito que, por exemplo, adocece psicicamente porque trocou de nome, ou que pode se adoecer se não o trocar.

A alteração de nome não acaba nas leis. Não se quer aqui impor premissas reducionistas de que toda modificação de nome implica necessariamente em sofrimento ou alívio do sofrimento. Existem efeitos ao sermos nomeados e ao alterarmos esse nome, efeitos

esses que podem ser os mais diversos, e que inevitavelmente vão se confrontar com o nome “apagado”. E se você, leitor, foi afetado por essas aspas, acredito que minha missão até aqui esteja cumprida. Que venham agora novas missões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, V. A. A disciplina jurídica do nome da pessoa humana à luz do direito à identidade pessoal. **Direito, sociedade e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 92-141, 2012.
- AMORIM, J. R. N.; AMORIM, V.L. C. **Direito ao nome da pessoa física**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ASSIS, L. G. B. A evolução do direito de propriedade ao longo dos textos constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v. 103, p. 781-791, 2008.
- BAHIA, C. M.; CANCELIER, M. V. L. Nome social: direito da personalidade de um grupo vulnerável ou arremedo de cidadania? **Revista Humus**. Maranhão. v. 7, n. 19, p. 102-123, 2017.
- BANKSY. Quotes. Disponível em: <<https://www.goodreads.com/quotes/339261-i-mean-they-say-you-die-twice-one-time-when>>. Acesso em: 06 dez 2018.
- BARROS, F. O. **Relato da experiência de pesquisa com os pacientes judiciários**. Belo Horizonte: Mimeo, 1999.
- BETTS, M. K.; WEIMANN, A. O.; PALOMBINI, A. L. O pai em psicanálise: interrogações acerca das instâncias real, simbólica e imaginária da função paterna. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro. v. 26, n. 1, p. 215-233, 2014.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Restabelecimento do nome de solteira também é possível com a morte do cônjuge**. 2018. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicacao/noticias/Noticias/Restabelecimento-do-nome-de-solteira-tambem-e-possivel-com-a-morte-do-conjuge>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Filho abandonado poderá trocar sobrenome do pai pelo da avó que o criou**. 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/174618952/filho-abandonado-podera-trocar-sobrenome-do-pai-pelo-da-avo-que-o-criou>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BOBBIO, N. A análise funcional do direito: tendências e problemas. In: **Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito**. São Paulo: Manole, 2007.
- BOBBIO, N. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- CARVALHO, A. R. F. **Aspectos relevantes do nome civil**. 2008. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/10113-10112-1-PB.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.
- CUPIS, A. O direito à identidade pessoal. In: **Os direitos da personalidade**. São Paulo: QUORUM, 2008. p. 179-330.
- DELGADO, M. L. **É prerrogativa do cônjuge mudar ou manter o nome de casado após o divórcio**. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-04/processo-familiar-prerrogativa-conjuge-mudar-ou-manter-nome-casado>. Acesso em: 5 jan. 2019.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2010.

DIMOULIS, D. Definições do Direito. In: **Manual de introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 21-47.

DINIZ, M. H. Direito objetivo e direito subjetivo. In: **Curso de direito civil brasileiro**. vol. 1. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 24-28.

DUARTE, L.P.L. **A guarda dos filhos na família em litígio: uma interlocução da Psicanálise com o Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ELIA, L. O sujeito da Psicanálise e a ordem social. In: **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

EXTRA. **Beyoncé e Jay-Z registram direitos autorais dos nomes de gêmeos para ter exclusividade**. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/beyonce-jay-registram-direitos-autorais-dos-nomes-de-gemeos-para-ter-exclusividade-21546777.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FERRETTO, A. J. O nome de família no Brasil: que função? In: **Um inconsciente pós-colonial, se é que ele existe**. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2000. p. 169-178.

FISCHBERG, J. **Quando o homem assume o sobrenome da mulher**. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/quando-homem-assume-sobrenome-da-mulher-17805074>>. Acesso em: 10 set. 2018.

FRANÇA, R.L. **Do nome civil das pessoas naturais**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1975.

FREUD, S. Um estudo autobiográfico (1925a). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud Edição Standart Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 20.

FREUD, S. As resistências à Psicanálise (1925b). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud Edição Standart Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

FREUD, S. Uma nota sobre o bloco mágico (1925c). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud Edição Standart Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

FREUD, S. A repressão [O recalque] (1915a). In: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O inconsciente (1915b). In: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Os instintos e seus destinos [As pulsões e seus destinos] (1915c). In: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914). In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud Edição Standart Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 13.

FREUD, S. Romances familiares (1909). In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. vol. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 6.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 2.

GOMES, O. **Introdução ao Direito Civil**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1979.

HURSTEL, F. A função paterna, questões de teoria ou: das leis à Lei. In: **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

IBDFAM (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA). **Juiz terá que ouvir a mãe sempre que não for registrado o nome do pai na certidão de nascimento**. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/na-midia/3234>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LACAN, J. Saber, meio de gozo (1970). In: **O seminário 17: o avesso da psicanálise** (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. **O seminário 12: problemas cruciais para a psicanálise** (1964-1965). Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2006.

LACAN, J. **O seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. Pontuações sobre o desejo (1963). In: **O seminário 10: a angústia** (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. **O seminário 9: a identificação** (1961-1962). Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2003.

LACAN, J. **O seminário 7: a ética da psicanálise** (1959). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **O seminário 5: as formações do inconsciente** (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. **O seminário 3: as psicoses** (1955-1956). 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 (1956). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. Função e campo da palavra e da linguagem (1953). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LO BIANCO, A. C. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 115-123, 2003.

MAGALHÃES, C. **Instituições de direito público e privado**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, Superintendência de Educação a Distância. 2017. 96 p.

- MONTEIRO, V. B. **Proteção a vítimas e testemunhas da violência, lei nº 9.897/99**: um estudo de caso. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- MORAES, M. C. B. Sobre o nome da pessoa humana. **Revista da EMERJ**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 48-74, 2000.
- MOUGIN-LEMERLE, R. Sujeito do direito, sujeito do desejo. In: **Sujeito do direito, sujeito do desejo**: direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
- NOMES ESTRANHOS REGISTRADOS EM CARTÓRIO. 2009. Disponível em: <<http://recebiporemail.com.br/2009/04/nomes-estranhos-registrados-em-cartorio.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.
- OSTOW, M. Sigmund and Jakob Freud and the Philipson Bible (with an analysis of the Birthday Inscription). **International Review Psychoanalytical**, Londres, v. 16, 1989. p. 483-492.
- PEREIRA, C. M. S. Nome Civil. In: **Instituições de Direito Civil**. vol. 1. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- PEREIRA, R. Oi, meu nome é Led Zeppelin II. **Revista Época**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://colunas.epoca.globo.com/bombounaweb/2011/09/15/oi-meu-nome-e-led-zeppelin-ii/>>. Acesso em 15 jan. 2019.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Código Civil. **Lei Nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Código de Propriedade Intelectual. **Lei Nº 9.279, de 14 de Maio de 1996**. Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Código Penal (criado em 1940). **Lei Nº 9.426, de 24 de Dezembro de 1996**. Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Nº 8.069, de 12 de Julho de 1990**. Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei de Registros Públicos. **Lei Nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973**. Brasília.
- PROVIMENTO N. 73 DE 28 DE JUNHO DE 2018. Ed. 119/2018. Brasília, DF, p. 8-11.
- PORTAL PADOM. **Casal coloca nome de recém-nascido de Lúcifer**. 2012. Disponível em: <<https://www.portalspadom.com.br/casal-coloca-nome-de-recem-nascido-de-lucifer/>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- QUINET, A. O grande Outro. In: **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- RIO DE JANEIRO. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2007**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80171>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ROWEDER, R.J. O novo direito ao nome civil. **Em tempo**. Marília, v. 11, p. 192-208, 2012.

SCHREIBER, A. Direito ao nome e à identidade pessoal. In: **Direitos da Personalidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, D.R.; FILHO, A.G. O nome civil e as possibilidades de sua alteração. **Revista Linhas Jurídicas**, Votuporanga, v. 2, n. 2, p. 197-208, 2010.

STITOU, R. As ressonâncias subjetivas da mudança de nome. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 27-37, 2013.

TESONE, J. E. Inscrições transgeracionais no nome próprio. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, v. 42, n. 76, p. 137-157, 2009.

TRACHTENBERG, A. R. C. As fontes judaicas da Psicanálise. **Psicanálise**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 291-302, 2006.

VERGER, P. **Notícias da Bahia de 1850**. Salvador: Corrupio, 1981.